

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER**

JULIANA VARGAS CERETTA

**EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DE
ITAQUI, RS: AS DECORRÊNCIAS À PRODUÇÃO E
BENEFICIAMENTO DO ARROZ**

**ITAQUI, RS
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER**

JULIANA VARGAS CERETTA

**EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DE
ITAQUI, RS: AS DECORRÊNCIAS À PRODUÇÃO E
BENEFICIAMENTO DO ARROZ**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural .

Orientador: Prof^a. Dr^a. Marlise Amália Reinehr Dal Forno
Coorientadora: Tutora Dr^a Márcia dos Santos Ramos Berreta

**ITAQUI, RS
2013**

JULIANA VARGAS CERETTA

**EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DE ITAQUI, RS:
AS DECORRÊNCIAS À PRODUÇÃO E BENEFICIAMENTO DO ARROZ**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (A)

Prof. Dra. Marlise Amália Reinehr Dal Forno
Orientador/UFRGS

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
UFRGS

Prof. Dra. Josiane Carine Wedig
UFRGS

Itaqui, 12 de julho de 2013.

Dedico este trabalho a toda a minha família, em especial para minha mãe e para o meu pai (*in memoriam*), por todos os valores que me transmitiram na vida. Esses valores me permitiram chegar até aqui com orgulho e com a certeza de que sempre fiz o correto. Mãe, obrigado pelo amor que você sempre teve por mim, e pela certeza de que um dia eu conseguiria alcançar meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que de alguma forma participaram da minha trajetória nesse período tão especial e sonhado por mim. São elas:

- Aos meus familiares pelo apoio e paciência nos momentos difíceis, todas as participações, mesmo as que não foram percebidas, guardo com carinho e gratidão e não tenho palavras para agradecer a todos.

- Ao meu filho amado Vinícius pela paciência que teve no decorrer desses anos, e peço desculpas pelos momentos que não pude dedicar toda a minha atenção a quem mais merecia ela.

- Ao meu esposo Alano, que tanto amo, pelos momentos em que me ajudou e compreendeu os meus anseios, pois afinal, já passou por esse momento em que tudo se torna tão intenso.

- Aos familiares que contribuíram com a minha conquista, pois me ajudaram ao apoiar em todos os momentos, principalmente nos momentos que confiava o meu bem mais precioso a eles. Em especial aos meus sogros Loreni e Hilton e a minha mãe Rosa que dedicaram os seus tempos a cuidar do meu filho para que eu pudesse concluir essa jornada.

- Aos meus colegas pelos bons momentos que passamos juntos, a equipe do Polo de Itaqui pelo apoio sempre que solicitado. Ao tutor presencial Ataídes por toda a ajuda oferecida e a equipe da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial para as orientadoras Prof^a Marlise e Tutora Márcia, por proporcionarem essa oportunidade única na minha vida.

- A minha querida colega e amiga Juliane por estar sempre ao meu lado desde o início do curso, do primeiro trabalho até o último, dos quais fomos criando vínculos de amizade que serão lembrados para sempre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização geográfica do Município de Itaqui no Estado do Rio Grande do Sul	15
Figura 2 - Conjunto de sistemas que abrangem uma Unidade de Produção Agrícola	21
Figura 3 - Distribuição do povoamento indígena no Rio Grande do Sul	25
Figura 4 - Povo Guarani	26
Figura 5 - Representação do índio guarani sendo catequizado pelos Padres Jesuítas	28
Figura 6 - Localização dos Sete Povos das Missões Guaraníticas no Rio Grande do Sul	30
Figura 7 - Imagem do antigo porto de pedra, localizado no atual porto de Itaqui	33
Figura 8 - Mapa do Município de Itaqui e seus Distritos	35
Figura 9 - As primeiras estrocas que limitam as sesmarias	41
Figura 10 - Primeiras cercas com arame galvanizado na região oeste do Rio Grande do Sul	42
Figura 11 - Imagem da ponte sobre o rio Ibicuí, demonstrando a passagem do trem para áreas pertencentes ao Município de Uruguaiana-RS	43
Figura 12 - Imagem do charque sendo seco em cercas divisórias das estâncias	44
Figura 13 - Principais portos fluviais argentinos, brasileiros e uruguaios no rio Uruguai na metade do século XIX.....	45
Figura 14 - Couro exposto ao sol no Saladeiro São Felipe-Itaqui	46
Figura 15 - Trabalho realizado pelos funcionários do Saladeiro São Felipe	47
Figura 16 - Ramal ferroviário ligado ao saladeiro São Felipe/Itaqui	48
Figura 17 - Mercado Público de Itaqui, 1909	49
Figura 18 - Barcos a vapor e das chalanas utilizadas para transporte de passageiros e para o comércio no rio Ibicuí	50
Figura 19 - Arado utilizado para o preparo do solo e instrumentos manuais dos quais eram utilizados na época.....	53
Figura 20 - Semeadeira, Ceifadeira e trilhadeira utilizadas no plantio na década de 1930-40	56
Figura 21 Implementos agrícolas da década de 1950	57
Figura 22 - Colheitadeira e ceifadeira na lavoura orizícola na década de 1970	59
Figura 23 - Trator-CBT na lavoura orizícola na década de 1970.	59
Figura 24 - Trator Maxxum 125 cv - Caise, Implemento Agrícola Moderno	63
Figura 25 - Colheitadeira New Holland TC 5070, Implemento Agrícola Moderno	63
Figura 26 - Produtividade do arroz para os anos de 2010/11, 2011/12, 2012/13.	68
Figura 27 Lavoura de arroz irrigado, na fase de maturação	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estabelecimentos e área agricultura familiar e não familiar em 2010	17
Tabela 2 - Os Sete Povos das Missões Guaraníticas	30
Tabela 3 Demonstrativo da divisão das primeiras sesmarias por Distrito	37
Tabela 4 - Quantidade de reses abatidas e produtos obtidos anualmente no saladeiro São Felipe (1910-1918)	49
Tabela 5 - Produção de grãos em Itaqui na década de 70.....	60
Tabela 6 - Rebanhos Itaquenses na década de 1970	61
Tabela 7 - Classificação das lavouras Orizícolas de Itaqui por hectare (1980-2000)	62
Tabela 8 - Evolução da área plantada e da produtividade no Município de Itaqui (1997 a 2010).....	64
Tabela 9 - Condição legal das terras produtivas do Município de Itaqui.	65
Tabela 10 - Culturas permanentes do Município de Itaqui no ano de 2009	66
Tabela 11 - Lavouras Temporárias do Município de Itaqui do Ano de 2009	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Distribuição das primeiras sesmarias Itaquense	36
--	----

RESUMO

Esta pesquisa historiográfica do Município de Itaqui busca analisar como as evoluções dos diferentes sistemas agrários influenciaram no surgimento e na consolidação da rizicultura na economia local. Para isso, propõem-se os seguintes objetivos específicos: reconstituir a evolução dos sistemas agrários do Município de Itaqui diferenciando-os conforme o período histórico e apontar os fatores sociais, econômicos, políticos e ambientais que condicionaram o surgimento e a consolidação da rizicultura no Município. A metodologia apresenta-se numa abordagem qualitativa, onde foram utilizados relatos orais nas saídas a campos e pesquisas bibliográficas para o embasamento teórico conceitual. Na atualidade a economia de Itaqui está fortemente relacionada à monocultura de arroz irrigado. Esse fator ocorre principalmente devido aos fatores relacionados às suas características geoambientais. A pesquisa apontou que o sistema agrário de Itaqui pode ser estruturado em duas fases, que são: a pré-capitalista com início em meados do século XVI ao XVIII, onde a pecuária era a principal fonte renda local; e capitalista monopolista financeira, iniciada no o século XX, onde a rizicultura começou a mudar a paisagem natural dos campos itaquenses. A partir disso, pode-se concluir que a base econômica municipal está diretamente relacionada com o tipo de sistema agrário implantado nesse Município, o que reflete na primeira colocação do *ranking* nacional na produção de arroz nessa safra de 2012/13. Além da produção, Itaqui constituiu uma imponente estrutura industrial para o armazenamento e beneficiamento do grão, consolidando a prática desse monocultivo na região da Fronteira Oeste.

Palavras-chave: Itaqui. Rizicultura. Sistemas Agrários.

RESUMEN

Esta investigación Municipio Itaquí histórica busca analizar cómo la evolución de los diferentes sistemas de cultivo influyó en el surgimiento y consolidación del cultivo del arroz en la economía local. Para ello, se proponen los siguientes objetivos específicos: a reconstruir la evolución de los sistemas agrarios del municipio de Itaquí diferenciándolos según la época histórica y señalar los factores sociales, económicos, políticos y ambientales que condicionan la aparición y consolidación de la cultura del arroz en la ciudad. La metodología con enfoque cualitativo, donde se utilizó informes orales sobre los resultados y los campos de búsquedas bibliográficas para el concepto teórico. En la economía de hoy Itaquí está fuertemente relacionada con el monocultivo del arroz. Este factor se debe principalmente a factores relacionados con las características geo-ambientales. La encuesta mostró que el sistema agrario de Itaquí se estructura en dos fases, a saber: el principio de pre-capitalista a mediados del siglo XVI hasta el XVIII, donde el ganado era la principal fuente de ingresos locales, y capitalistas financieros monopolio, se inició en del siglo XX, donde la cultura del arroz comenzó a cambiar el paisaje natural de los campos itaquienses. De esto podemos concluir que la base económica local está directamente relacionada con el tipo de sistema de producción desplegado en el municipio, que se refleja en el primer lugar del ranking nacional en la producción de arroz de esta cosecha de 2012/13. Además de la producción, Itaquí constituyó una imponente estructura industrial para el almacenamiento y procesamiento de granos, la consolidación de la práctica del monocultivo en la región de la frontera occidental.

Palabras-clave: Sistemas Agrarios. Itaquí. El cultivo del arroz.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	15
3 ABORDAGEM TEÓRICA-CONCEITUAL DOS SISTEMAS AGRÁRIOS	19
3.1 INFLUÊNCIAS DO SISTEMA PRÉ-CAPITALISTA E CAPITALISTA	21
4 A PECUÁRIA	24
4.1 SISTEMA AGRÁRIO INDÍGENA	24
4.2 SISTEMA DAS ESTÂNCIAS JESUÍTICAS	28
4.3 SISTEMA AGRÁRIO SESMEIRO	33
4.3.1 Práticas de Cultivo, Pecuária e Comercialização das Sesmarias	39
4.4 SISTEMA AGRÁRIO DAS CHARQUEADAS	43
5 A RIZICULTURA	52
5.1 SISTEMA AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO INICIAL	52
5.2 SISTEMA AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO ATUAL	58
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
7 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa refere-se à evolução e diferenciação dos sistemas agrários do Município de Itaqui, localizado na fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, às margens do rio Uruguai. Busca responder como esse processo histórico influenciou o surgimento e a consolidação da economia baseada no cultivo e beneficiamento do arroz nesse Município.

Para isso, propõem-se os seguintes objetivos específicos: reconstituir a evolução dos sistemas agrários do Município de Itaqui diferenciando-os conforme o período histórico, e apontar os fatores sociais, econômicos, políticos e ambientais que condicionaram o surgimento e a consolidação da rizicultura no Município.

Atualmente a economia de Itaqui está fortemente relacionada à monocultura do arroz irrigado. Lima (2011) calcula que cerca de 80% da economia municipal de Itaqui advém da rizicultura e que o restante, 20%, ficam a cargo da pecuária, suinocultura e de outras culturas permanentes e temporárias, tais como milho, soja, uva, linho, sorgo e laranja.

O plantio de arroz irrigado nesse Município ocorreu devido aos fatores relacionados às suas características geoambientais, tais como as condições climáticas favoráveis ao plantio, à disponibilidade hídrica para a irrigação e os extensos territórios planos e de vegetação campestres. Mas também por causa dos traços culturais, como as técnicas de manejo herdadas das gerações passadas, decorrentes dos diferentes sistemas agrários que ali ocorreram.

A rizicultura teve início em 1930, nas várzeas do rio Cambaí por Nabor Salgado Filho (SANTOS, 2008). Desde então as técnicas de manejo com o grão foram aprimorando-se, principalmente a partir da década de 1970 com a inserção dos pacotes tecnológicos oriundos da Revolução Verde. Nos dias atuais em Itaqui se concentram as maiores indústrias de beneficiamento de arroz da América Latina, responsáveis por fomentar a cadeia produtiva desta cultura agrícola.

Conforme dados do Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), na safra 2011/12 Itaqui produziu cerca de 760 mil toneladas de arroz, abaixo apenas de Uruguaiana (950 mil toneladas). Nesse período, o Estado produziu 7.709.079 milhões de toneladas de arroz, deixando a cargo da Fronteira Oeste o primeiro lugar no *ranking* da produção do Estado (IRGA, 2012). No entanto, os índices da safra de 2012/13 apontam que o Município de Itaqui passará a ser maior produtor de arroz do País, com área plantada de 81.984 hectares, ultrapassando Uruguaiana com 80.356, até então líder deste setor.

É importante destacar que, além de produzir, os rizicultores em Itaqui mantêm a cadeia produtiva desse grão, das grandes áreas de cultivo de arroz até o seu beneficiamento industrial. Isso reflete constituição fundiária municipal, traduzida por Lima (2011, p.11): “[...] o Município, hoje, apresenta uma grande concentração de renda, cujas origens remontam as grandes propriedades rurais e que acabam se tornando os verdadeiros conglomerados industriais”.

Para Dufumier (2007, p.26) “o desenvolvimento rural é, em primeiro lugar, um encadeamento de transformações técnicas, ecológicas, econômicas e sociais.” Conforme as ideias desse autor, para entender a dinâmica atual da economia rural do município, baseada na rizicultura, é preciso entender a situação passada, no caso os sistemas agrários, e as suas contradições presentes para prever as tendências socioeconômicas futuras.

Assim, compreender essa realidade agrária torna de suma importância nesse estudo, que remete a dinâmica local a partir dos sistemas agrários, possibilitando o entendimento dos fatores que tornaram a rizicultura um monocultivo na região. Apesar das pesquisas já existentes, relacionadas à história agrária e a evolução da agricultura, faz-se necessário estudos mais aprofundados sobre as especificidades de cada um dos sistemas agrários itaquenses, que poderão auxiliar ao desenvolvimento rural deste Município.

O desenvolvimento rural no âmbito de seu conceito remete-nos para a importância de trabalhos voltados ao meio rural do Município em estudo. A relação estabelecida entre a formação dos profissionais ligados a este tema transpõe para a sociedade um ator social com uma visão multifacetada, com uma visão ampla dos conhecimentos a cerca do rural e de suas especificidades culturais.

O Tecnólogo em Desenvolvimento Rural tem no contexto de sua formação a capacidade de interagir com o meio rural, respeitando em primeiro lugar as múltiplas visões estabelecidas no campo de trabalho, buscando entender os anseios e opiniões dos produtores rurais, respeitando o cenário em que o mesmo está inserido.

Dessa forma, os resultados obtidos nessa pesquisa, focada nos sistemas agrários, poderão servir de ferramenta a ser utilizada em ações que promovam o desenvolvimento rural e que privilegiem o Município no seu contexto. Poderá ajudar, também, os futuros trabalhos acadêmicos e na geração de novos projetos que visam o desenvolvimento socioeconômico e produtivo municipal e regional.

A motivação pessoal que levou a essa pesquisa historiográfica ocorreu a partir de uma experiência realizada na disciplina DERAD 002, na qual se obteve contato diretamente com produtores rurais nas saídas a campo. O trabalho realizado nessa disciplina gerou interesse

sobre os estudos históricos do Município, os assuntos relacionados à história da evolução e a diferenciação dos sistemas agrários ocorridos em Itaquí desde os primórdios até a conjuntura atual.

Esse estudo apresenta-se numa abordagem qualitativa, pois a pesquisa realizada pode ser caracterizada como uma tentativa de se explicar o significado e as características dos resultados obtidos sem a mensuração quantitativa de características e fenômenos da realidade. Portanto, é uma pesquisa que não tem o propósito de uma representatividade numérica, mas sim o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, dentre outros.

Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como pesquisa de campo, no qual se utilizou fonte oral, realizada através de entrevista com um antigo morador da região, que atualmente está inserido na classificação dos médios produtores de arroz, conforme será apresentado no decorrer do texto. O mesmo contribuiu significativamente para o embasamento do período histórico contemporâneo inicial deste trabalho. Gerhardt e Silveira (2009) caracterizam esta pesquisa de campo pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisas e abordagens.

Ele foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica, que é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, periódicos, artigos científicos. Para Oliveira (2007) a principal finalidade deste tipo de pesquisa é levar o pesquisador a entrar em contato direto com a literatura que trata do tema em estudo.

Para o embasamento teórico deste trabalho foram utilizadas obras de autores que tratam diretamente do tema principal do estudo, os sistemas agrários. Para isso, referência-se no texto autores como Miguel (2009), Basso e Neto (2005), Mazoyer (1986), Mertz (2004), Mazoyer e Roudart (2010), e Oliveira, Dambrós e Miorin, (2009). Para o fundamento teórico sobre as fases do Capitalismo utiliza-se a obra de Lopes (2006), que trata dos períodos Pré-Capitalista e Capitalista, desde o século XVI até a fase atual.

A pesquisa apresenta-se em sete capítulos. Nesse primeiro capítulo expõe-se a temática do estudo sobre os sistemas agrários, introduz o leitor na dinâmica histórica de Itaquí, bem como apresenta o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e metodologia que levaram a elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

O segundo capítulo trata da caracterização da área de estudo em que foi realizado o presente trabalho. No terceiro capítulo é apresentada a abordagem teórica-conceitual dos sistemas agrários e do capitalismo. No quarto e quinto capítulos são descritos a evolução e a

diferenciação dos sistemas agrários itaquienses, nos períodos pré-capitalistas e capitalistas. O encerramento desta pesquisa apresenta as considerações finais sobre o entendimento da influência dos sistemas agrários na atual conjuntura agrária de Itaqui e as referências bibliográficas utilizadas no âmbito dessa pesquisa historiográfica.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Município de Itaqui situa-se na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (fig.1), distante 670 km de Porto Alegre, capital do Estado. Possui uma área territorial de 3.404, 047 Km², e 38.166 habitantes, sendo que a maioria (87,3%) reside na área urbana.

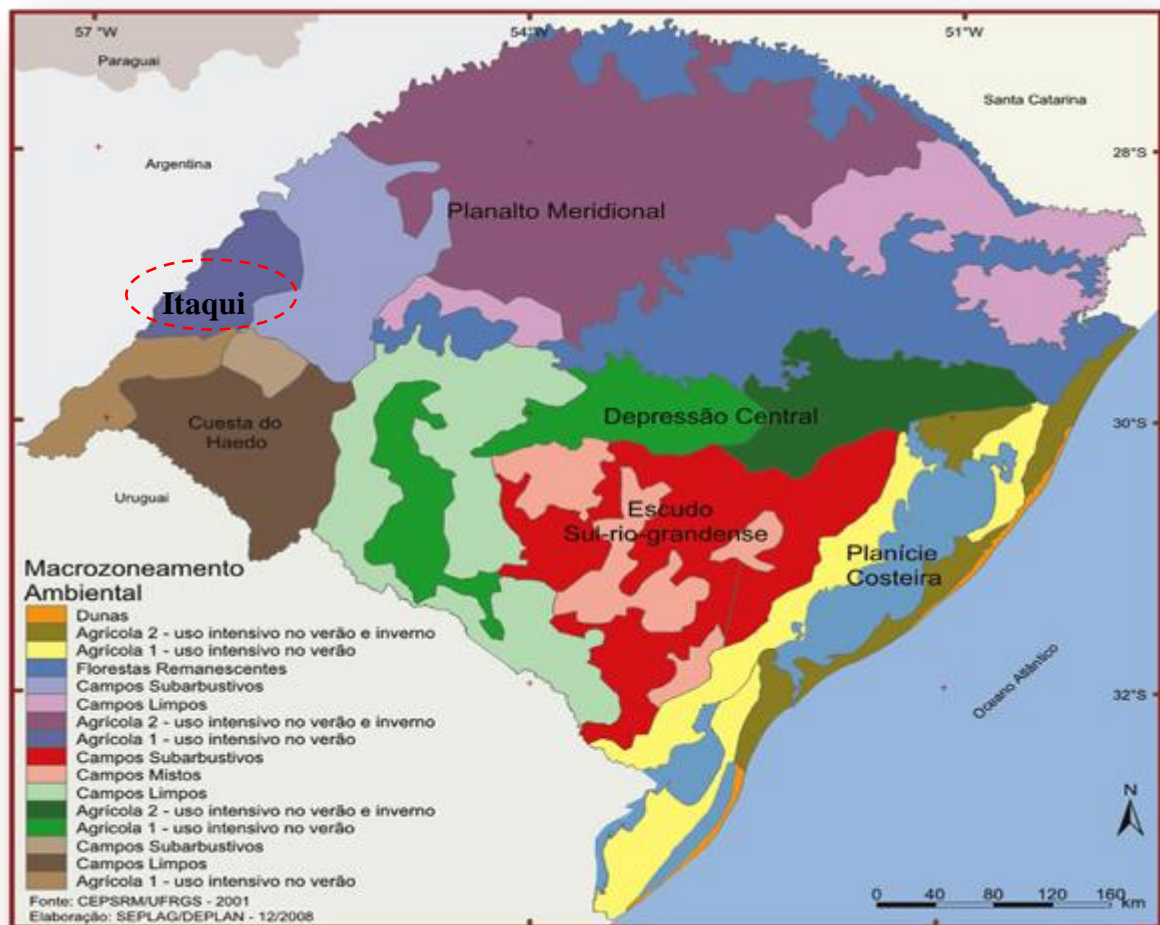
Figura 1 - Localização geográfica do Município de Itaqui no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:RioGrandedoSul_MesoMicroMunicip.svg

Conforme o Mapa do Macrozoneamento Ambiental do Rio Grande do Sul¹, elaborado pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG) em 2008, com o objetivo de expressar os principais padrões de uso e ocupação do solo, de cobertura vegetal e de relevo, o Município de Itaqui encontra-se na macrozona do Planalto Meridional (fig. 2).

Figura 2 - Mapa do Macrozoneamento Ambiental do Rio Grande do Sul



Fonte: http://www1.seplag.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=801&cod_menu=800&tipo_menu=MEIO&cod_conteudo=1370

A região que se encontra Itaqui nessa macrozona caracteriza-se predominantemente pelo uso agrícola 1, onde ocorre o uso intensivo no verão pelo plantio de arroz, e campos subarbusivos.

¹ O Macrozoneamento utilizou como base de informações imagens de satélite dos anos de novembro e dezembro de 1999 e fevereiro de 2000; o mapa geomorfológico do Projeto RADAMBRASIL e o Mapa Altimétrico do Rio Grande do Sul.

Geomorfologicamente caracteriza-se por apresentar uma superfície ondulada que antigamente era coberta por florestas e, em menor grau, por campos sujos. É marcada pela presença de colina e pela predominância de atividades de lavouras anuais (SUERTEGARAY; BASSO; VERDUN, 2004).

De acordo com o IRGA (2013), Itaqui possui o clima temperado do tipo subtropical, classificado como mesotérmico úmido, caracterizado por verões secos e quentes e invernos frios, com chuvas bem distribuídas. O índice pluviométrico do Município é de aproximadamente 2.500mm por ano.

O território municipal pertence a duas bacias hidrográficas. São elas: bacia hidrográfica dos rios Butuí-Icamaquã e bacia hidrográfica do rio Ibicuí. Ambas fazem parte da Região Hidrográfica do rio Uruguai e estão localizadas no Bioma Pampa.

O cultivo do arroz é praticado em terras de várzeas e nas chamadas terras baixas, conhecidas como terrenos de baixa altitude, no qual a curvatura topográfica desenvolve uma tipologia de coxilhas, própria para a adaptação da rizicultura. Os solos, no qual é cultivado o arroz irrigado, são solos hidromórficos, sendo que a principal característica a deficiente drenagem natural, normalmente restrita pelo relevo predominantemente plano que apresenta uma camada de baixa permeabilidade (EMBRAPA, 2012).

A estrutura fundiária da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, no qual está localizado o Município de Itaqui, é fortemente marcada pela presença de grandes estabelecimentos agrícolas, prevalecendo às lavouras rizícolas. Na tabela 1 pode-se observar a distribuição das terras agrícolas entre a propriedade familiar e não familiar nesse Município.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos e área agricultura familiar e não familiar em 2010

Estabelecimentos	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Quantidade (Un)	344	320
Área (ha)	12.551	242.952
Utiliza somente mão de obra familiar%	74,42	25,58

Fonte: IBGE, 2010.

Conforme o Censo Agropecuário do IBGE de 2010, 95% da área territorial de Itaqui pertence à agricultura não familiar. Essa área divide-se entre 320 proprietários. Em relação às

propriedades de agricultura familiar, que correspondem a menos de 5% da área, divide-se entre 344 produtores rurais. Observa-se que cerca de 75% das propriedades de agricultura familiar utilizam somente mão de obra familiar e cerca de 25% a não familiar.

Para o Sindicato Rural de Itaquí (2013) a estrutura fundiária itaquense é entendida como um ponto negativo devido à concentração das propriedades estarem nas mãos dos médios e grandes produtores rurais, assim excluindo os pequenos produtores da competitividade no setor rizícola.

3 ABORDAGEM TEÓRICA-CONCEITAL DOS SISTEMAS AGRÁRIOS

Inicialmente cabe apontar dois pontos importantes ao tratar de sistemas agrários defendidos por Basso e Neto (2005). O primeiro refere-se a sua aplicabilidade tal como objeto de estudo e o segundo a sua área de abrangência.

Para esses autores, a Teoria dos Sistemas Agrários pode ser aplicada desde estudos puramente acadêmicos até a definição de intervenções para a promoção do desenvolvimento rural. Sendo assim, para que se possa compreender o que é um sistema agrário é necessário distinguir a agricultura tal como ela se apresenta na realidade, ou seja, um objeto de observação e de análise, daquilo de que se é observado.

Enquanto objeto, a agricultura necessita de um conjunto de conhecimentos metodicamente elaborados como resultados da observação, delimitação e análise. Então, um sistema agrário não é um objeto real diretamente observável, mas um objeto cientificamente elaborado cuja finalidade não é retratar a agricultura em toda a sua complexidade, tarefa praticamente impossível, mas tornar esta complexidade inteligível segundo os objetivos específicos definidos (BASSO; NETO, 2005).

Outro ponto importante, citado por eles, é que geograficamente um sistema agrário não possui uma dimensão fixa. Dependerá, sim, do grau de abrangência da análise efetuada, a qual, por sua vez, é definida pelos objetivos específicos do estudo.

Conforme Miguel (2009) o conceito inicial de sistemas agrários foi elaborado por geógrafos, porém na década de 1960 a Ciência Agrônômica o reelaborou. Logo, o sistema agrário passou a ser entendido como a maneira como utilizamos o meio, onde as forças de produção se adaptam às condições do clima e aos seres vivos de certo espaço, resultando na satisfação das necessidades sociais do momento, o mesmo é definido no espaço e tempo.

Mazoyer (1986, p. 11) citado por Miguel (2009, p. 23), apresenta uma definição de sistema agrário mais atual, completa e ampla no âmbito das Ciências Agrárias, a partir do entendimento de diversos autores que tratam do assunto. Segundo Mazoyer:

Um sistema agrário é um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço definido e que responde às condições e às necessidades sociais do momento (MAZOYER, 1986, apud MIGUEL, 2009, p.23).

Para além de sua conceituação é importante ressaltar a forma na qual ocorre o processo da evolução dos sistemas agrários. Para Miguel (2009) a evolução não ocorre de forma linear e completa:

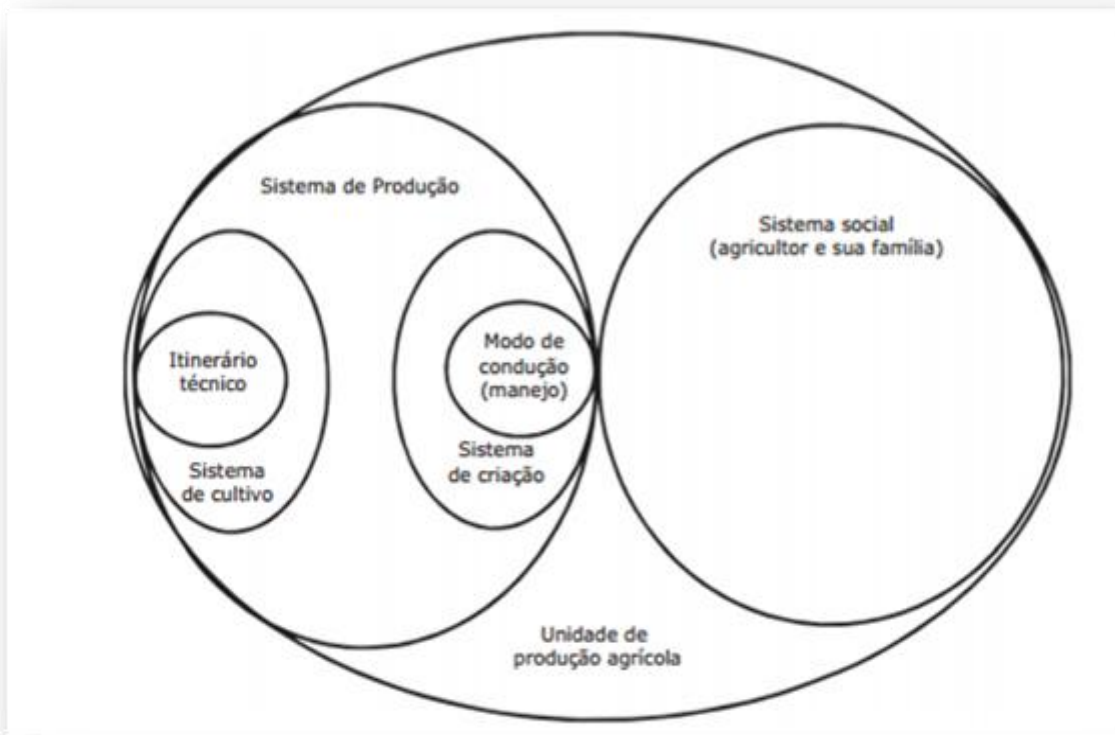
A evolução de sistemas agrários não é necessariamente linear e completa, ou seja, que as diferentes etapas de um processo de evolução e diferenciação dos sistemas agrários dificilmente eliminam resíduos de formas e modos de agricultura anteriores; e igualmente, que a temporalidade dos eventos nem sempre pode ser definida com precisão, persistindo períodos de sobreposição e de transição entre o novo sistema agrário emergente e o antigo sistema agrário em regressão e em vias de desaparecimento (MIGUEL, 2009, p. 34).

Segundo Mertz (2004), a teoria dos sistemas agrários teria como objetivo a criação de um corpo de conhecimentos capaz de se constituir em uma base conceitual teórica e metodológica a quem quer que tenha por objetivo intervir no desenvolvimento social e, principalmente, com o intuito de auxiliar a pesquisa sobre o desenvolvimento da agricultura através da História.

Para Mazoyer e Roudart (2010) o sistema agrário seria um instrumento intelectual que nos permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e nos damos conta, a traços largos, das transformações históricas e da diferenciação geográfica das agriculturas humanas no mundo.

O sistema agrário, como outros sistemas, seria formado a partir de um conjunto de critérios que estariam diretamente ligados aos elementos que o compõem e as relações que eles desenvolvem. Dessa forma, pode-se dizer que o sistema agrário é formado de subsistemas. Considera-se que os elementos estariam agrupados em dois subsistemas definidos como sendo um sistema de produção (itinerário técnico, sistema de cultivo, modo de condução e sistema de criação) e um sistema social (MIGUEL, 2009), conforme descreve a figura 2.

Figura 2 - Conjunto de sistemas que abrangem uma Unidade de Produção Agrícola



Fonte: MIGUEL (2009, p.25).

Considerando que os sistemas agrários resultam de interferências advindas dos recursos ambientais, socioeconômicos, de infraestrutura e econômico político existente e atuante em uma determinada realidade, as reflexões desenvolvidas procuraram reconhecer a presença de tais fatores, a partir do seu reconhecimento nos sistemas agrários analisados (OLIVEIRA; DAMBRÓS; MIORIN, 2009).

3.1 INFLUÊNCIAS DO SISTEMA PRÉ-CAPITALISTA E CAPITALISTA

O Capitalismo é o sistema socioeconômico em que os meios de produção (terras, máquinas, fábricas) e o capital (dinheiro) são propriedade privada, ou seja, tem um dono.

O sistema capitalista apresentou grande dinamismo ao longo de sua história. Com o tempo sobrepôs-se a outras formas de produção até se tornar hegemônico, o que ocorreu em sua fase industrial. Considerando seu processo de desenvolvimento, costuma-se dividir o capitalismo em três fases caracterizadas por Lopes (2006), que são:

- Primeira Fase: Capitalismo Comercial ou Pré-Capitalismo
- Segunda Fase: Capitalismo Industrial
- Terceira Fase: Capitalismo Monopolista-Financeiro

Substituindo o Feudalismo, o Sistema Pré-capitalista (século XVI ao XVIII) foi marcado pelas Grandes Navegações, em busca de novas rotas de comércio. Os comerciantes e a nobreza estavam à procura de ouro, prata, especiarias e matérias-primas não encontradas em solo europeu. Estes comerciantes, financiados por reis e nobres, ao chegarem à América, começaram um ciclo de exploração, cujo objetivo principal era o enriquecimento e o acúmulo de capital. Esse processo resultou no descobrimento de novas terras e na apropriação de vastos territórios (colonialismo), além da escravização e genocídio de milhões de nativos da América e da África.

Na segunda fase, a industrial (século XVIII ao XIX), a Europa passa por uma mudança significativa no que se refere ao sistema de produção. A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, que fortalece o sistema capitalista e solidifica suas raízes na Europa e em outras regiões do mundo. A Revolução Industrial modificou o sistema de produção, pois colocou a máquina para fazer o trabalho que antes era realizado pelos artesãos. O dono da fábrica conseguiu, desta forma, aumentar sua margem de lucro, pois a produção acontecia com mais rapidez.

Na terceira fase, Sistema Capitalista Monopolista-Financeiro, iniciada no século XX (após término da Segunda Guerra Mundial) se estendendo até os dias de hoje. Uma das consequências mais importantes do crescimento acelerado da economia Capitalista foi o brutal processo de centralização dos capitais. Várias empresas surgiram e cresceram rapidamente: indústrias, bancos, corretoras de valores, casas comerciais, dentre outros. A acirrada concorrência favoreceu as grandes empresas, levando a fusões e incorporações que resultaram a partir dos fins do século XIX, na monopolização de muitos setores da economia.

Grande parte dos lucros e do capital em circulação no mundo passa pelo sistema financeiro. A globalização permitiu as grandes corporações produzirem seus produtos em diversas partes do mundo, buscando a redução de custos. Estas empresas, dentro de uma

economia de mercado, vendem estes produtos para vários países, mantendo um comércio ativo de grandes proporções.

Os sistemas informatizados possibilitam a circulação e transferência de valores em tempo quase real. Apesar das indústrias e do comércio continuarem a lucrar muito dentro deste sistema, podemos dizer que os sistemas bancário e financeiro são aqueles que mais lucram e acumulam capitais dentro deste contexto econômico atual.

4 A PECUÁRIA

O Pré Capitalismo e o Capitalismo Industrial refletiram na região de estudo até meados do século XX o modo de produção naquele lugar, tornando os Sistemas Agrários encontrados naquele período, parte da própria história capitalista.

Destaca-se que o primeiro Sistema Agrário Indígena apresentado a seguir, enquadra-se no Sistema Pré-capitalista, porém não terá a pecuária com principal matéria prima. Nessa fase os povos indígenas eram basicamente coletores/caçadores/agricultores e não tinham a prática da criação do gado naquele tempo, o que poderá ser observado nos dois Sistemas seguintes: Sistema das Estâncias Jesuíticas e do Sistema Agrário Sesmeiro.

O Capitalismo Industrial aparecerá na região através das indústrias de charques (Saladeiros) que aparecerão com o capital inglês no primeiro quartel do século XX. Esse período caracteriza-se como Sistema Agrário das Charqueadas.

4.1 SISTEMA AGRÁRIO INDÍGENA

Delazeri (2002) considera que cerca de 10 mil anos atrás o homem já habitava a região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Segundo esse autor, um grupo de indígenas começou a habitar as terras dos pampas, sendo que os homens se dedicavam à caça, enquanto as mulheres faziam a coleta de frutas e moluscos na beira dos rios. Devido às doenças epidêmicas, a curta vida que eles tinham e as guerras com povos inimigos que tentavam ocupar o mesmo território, o número desses habitantes declinava e não se desenvolvia.

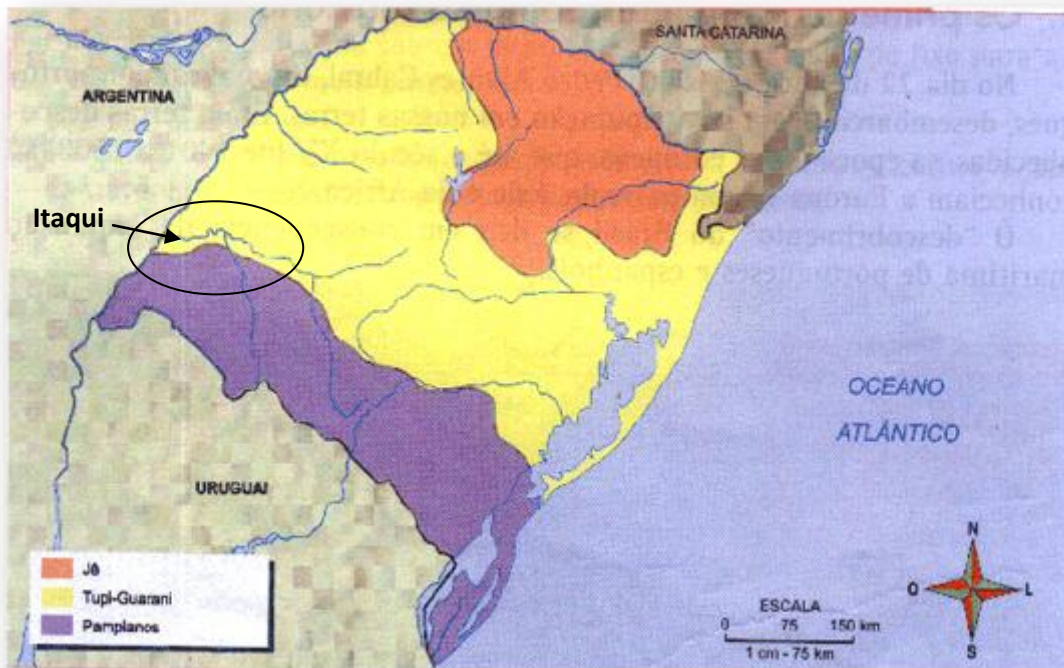
A partir de relatos históricos, encontrados na obra de Colvero e Assis (2012), no Rio Grande do Sul e região havia distintos grupos indígenas no século XV. Dentre eles, Jê, Pampeano, Charrua e Guarani que habitava boa parte do território gaúcho, inclusive a Fronteira Oeste.

O povo Guarani era semi-nômade que partiram da região amazônica devido a uma grande seca, “desceram” pelos grandes rios até chegarem ao rio Uruguai, nas proximidades do território itaquense.

Segundo a FUNAI (2013), cerca de 300 mil indígenas já ocupavam o território sul rio-grandense, na época da chegada dos portugueses ao Brasil. Boa parte desses habitantes integrava a nação Guarani, povo que pertence à família Tupi-Guarani.

Esse grupo era denominado coletor/caçador/agricultor, assim enfatizando os traços da agricultura nessa região desde os primórdios. A figura 3 apresenta a divisão territorial dos índios que povoaram o Rio Grande do Sul, com destaque para Itaqui, região em estudo.

Figura 3 - Distribuição do povoamento indígena no Rio Grande do Sul



Fonte: <http://f1colombohistoriando.blogspot.com.br/2012/07/indios-os-primeiros-habitantes-do-rio.html>

O Guarani navegava pelos grandes rios e sabia explorar com muita eficiência os recursos naturais a que tinha acesso. Com suas armas, mais poderosas que os demais grupos indígenas, como a lança, a machadinha, o arco e flecha, os tacapes e mais a agressividade de suas excursões guerreiras, expulsavam os povos das terras que conquistavam. Com isso os primeiros habitantes da fronteira oeste foram desaparecendo, tornando o local território Guarani (DELAZIERE, 2002).

Esse povo não conhecia o metal, mas conhecia muito bem a cerâmica, usavam materiais de pedra polida e lascada. Os mesmos praticavam a agricultura de subsistência, como o milho, o feijão, a erva-mate, a batata doce, a mandioca e seus derivados como a farinha de mandioca e o chimarrão (DELAZIERE, 2002).

Ao chegar ao Rio Grande do Sul o Povo Guarani, apresentado na figura 4, deu preferência para conquistar a mata, pois não tinha interesse em conquistar o campo aberto por não conhecer técnicas suficientes para cultivar grandes áreas.

Figura 4 – Povo Guarani



Fonte: <http://sobreyendas.com/2008/09/29/panteon-de-dioses-guaranies/>

Eles usavam a coivara, a queima da mata para abrir clareiras onde plantavam pequenas roças ou hortas. Os homens cortavam e queimavam a mata e as mulheres faziam o plantio e a colheita. Sua técnica de cultivo era rudimentar utilizando o plantio direto, logo a colheita e, em seguida, o abandono da área depois de aproximadamente três anos de uso por causa do inço (DELAZIERE, 2002).

De acordo com o Museu do Índio (2013) a produção de alimentos e dos implementos necessários para o cultivo obedecia a uma divisão sexual do trabalho. Isso é, algumas atividades são tarefas exclusivamente femininas e outras são tarefas masculinas. Essa divisão

varia de sociedade para sociedade, mas para se ter uma ideia pode-se dizer que, frequentemente, a caça e a pesca são praticadas pelos homens, que também confeccionam os instrumentos utilizados para caçar e pescar, enquanto a coleta, o cultivo da terra, a produção de cerâmica e o preparo dos alimentos para consumo são feitos pelas mulheres.

Em alguns casos, os homens também coletam e executam certas etapas do cultivo (por exemplo, preparam o terreno para a plantação). Entretanto, dependendo da cultura específica de cada sociedade e do meio ambiente em que ela vive, há uma grande variação nos tipos de alimentos consumidos e, conseqüentemente, nos tipos de atividades desenvolvidas para obtê-los, nas técnicas utilizadas, bem como no instrumental necessário para tanto. Algumas praticam a agricultura e a criação de animais, outras não. Entre as que cultivam a terra, há aquelas cuja base da alimentação é a mandioca, enquanto outras têm o milho como produto principal, embora haja muitos outros produtos cultivados, que variam de região para região e de cultura para cultura (MUSEU DO ÍNDIO, 2013).

Um povoado Guarani era formado por até seis choupanas, casas coletivas quase sempre feitas do mesmo material, troncos e folhas, e igual em tamanho e na organização. A forma das ocas era oval e o tamanho suficiente para abrigar várias famílias aparentadas, em média o casal e dois filhos, que formavam um Clã, núcleo fundamental do povo Guarani.

As casas ficavam distribuídas ao redor de um espaço coletivo central, onde se realizavam os festejos. Os povoados ficavam próximos, cerca de 15 quilômetros de distância entre um e outro. Cada grupo necessitava de uma área relativamente grande para coletar frutos e caçar. As aldeias mantinham comunicação entre si através de uma teia de caminhos aberto na mata. A convivência na aldeia e o sistema de parentesco que uniam as famílias, que moravam distantes, formavam a base da sociedade das trocas e do aproveitamento dos recursos distribuídos na mata (MUSEU DO ÍNDIO, 2013).

Esse Sistema Agrário Indígena findou-se com o início da fase da colonização, onde Portugal e Espanha usaram o trabalho dos padres jesuítas da Companhia de Jesus, para converter os índios Guarani à fé cristã. Com o decorrer dos anos os índios foram sendo incorporados a nova fase, e acabaram sendo alvo das disputas entre as duas Coroas Ibéricas, o que será descrito no próximo Sistema.

4.2 SISTEMA DAS ESTÂNCIAS JESUÍTICAS

Para iniciarmos o entendimento desse Sistema Agrário, que ocorrerá entre os séculos XVII e XIX, é de fundamental importância inserir Itaqui no contexto das pesquisas que abordam esse assunto em âmbito regional.

Os trabalhos de Colvero e Assis (2012) e Serres (2010) são duas importantes obras direcionadas ao município de Itaqui para o período histórico em estudo. Contribuem significativamente para a construção desse trabalho historiográfico referente aos anos de 1600 à 1800 e auxiliam na elaboração e consolidação desse capítulo.

Após o acordo do Tratado de Tordesilhas (1494), quando Portugal e Espanha dividiram o chamado *Novo Mundo* que Colombo havia descoberto em 1492, ficou então determinado que as terras situadas a oeste de Laguna eram consideradas espanholas, tornando o atual Rio Grande do Sul um território da Espanha.

Na fase de colonização, Portugal e Espanha usaram o trabalho dos padres jesuítas da Companhia de Jesus, com o objetivo de converter os índios Guarani à fé cristã (fig. 5), de modo a garantir a navegação pelos rios da Bacia do Rio da Prata, da qual era impossibilitada pelos indígenas que habitavam a região (COLVERO; ASSIS, 2012).

Figura 5 - Representação do índio guarani sendo catequizado pelos Padres Jesuítas



As reduções foram criadas pelos jesuítas e implantadas na América do Sul pela primeira vez em 1609. No Brasil, no noroeste do Rio Grande do Sul, os jesuítas chegaram em 1626, liderados pelo Padre Roque Gonzáles de Santa Cruz, e iniciaram o processo de evangelização dos índios Guarani, na margem oriental do rio Uruguai atendendo aos objetivos da Companhia de Jesus (NETO; BASSO, 2005).

Os jesuítas em duas ocasiões, conhecidos como ciclos missioneiros, tentaram estabelecer-se à margem oriental do rio Uruguai, território espanhol, com o objetivo de catequizar o povo Guarani pelo sistema das reduções. A primeira ocorreu entre os anos de 1626 a 1634, e a segunda, de 1682 a 1706.

No primeiro ciclo missioneiro surgiram 18 reduções, onde jesuítas e índios conviviam no mesmo local. Dessa primeira fase não restaram vestígios arquitetônicos devido ao frágil material usado nas construções, sendo basicamente palha, madeira e barro. Esses povoados não conseguiram estruturar-se devido à invasão dos bandeirantes paulistas, que vinham para o Sul em busca de mão de obra escrava.

No segundo ciclo missioneiro houve a fundação da Colônia do Sacramento em 1680, no estuário do rio da Prata pelos portugueses. Essa fundação tinha um cunho estratégico, pois os portugueses queriam tanto quanto os espanhóis usufruir do contrabando e também da prata oriunda da região de Potosí, que até aquele momento ficava nas mãos dos espanhóis que exploravam todo o comércio na região.

A presença dos portugueses dava-se principalmente a partir da Colônia de Sacramento, fundada em 1680 com objetivos estratégico-militares e para quebrar o monopólio espanhol no comércio da prata oriunda das minas de prata de Potosí (NETO; BASSO, 2005, p.48).

Com a fundação da Colônia do Sacramento, os portugueses tinham como principal objetivo participar do comércio da prata. Na tentativa de evitar o ataque dos portugueses e índios charruas nas terras e no rebanho que os espanhóis, jesuítas e índios Guarani consideravam propriedades suas, os jesuítas iniciaram o seu retorno para o território que hoje é o Rio Grande do Sul. Desse modo, fundaram sete reduções jesuítico-guarani, conhecidas como os Sete Povos das Missões (tab. 2), os quais fazem parte dos trinta povos das Missões Guaraníticas (fig. 6).

Tabela 2 - Os Sete Povos das Missões Guaraníticas

Povos Missioneiros	Ano de Fundação
São Francisco de Borja	1682
São Nicolau	1687
São Luiz Gonzaga	1687
São Miguel Arcanjo	1687
São Lourenço Mártir	1690
São João Batista	1697
Santo Ângelo Custódio	1706

Fonte: Santos (2008).

Figura 6 - Localização dos Sete Povos das Missões Guaraníticas no Rio Grande do Sul

Fonte <http://www.aender.com.br/?p=4302>

O Tratado de Madri, assinado em 13 de janeiro de 1750, determinou a troca da Colônia do Santíssimo Sacramento, que estava na posse dos portugueses e cobiçado pelos espanhóis, pela região dos Sete Povos das Missões, que estava ocupada pelos guaranis

reduzidos, os quais reconheciam o português como sendo um “inimigo”. Esse Tratado determinava a transmigração dos Sete Povos das Missões para a outra margem do rio Uruguai com todos os seus pertences, gerando assim o descontentamento por parte desses grupos, e assim iniciando o que se denominou de Guerra Guaranítica (COLVERO; ASSIS, 2012).

A Guerra Guaranítica foi considerada um grande movimento sobre as terras indígenas para assegurar a posse das grandes extensões de terra que havia nas reduções. Isso porque havia nelas enorme quantidade de gado que tinham se reproduzido livremente, que foi introduzido no território pelos jesuítas espanhóis em sua primeira tentativa de fundar missões entre 1626 a 1636. Essa imensa reserva de gado, resultado da reprodução quase selvagem, ficou reconhecido como “Vacaria del Mar”. Para Pesavento (1980) esse rebanho será o fundamento econômico básico dos conflitos pela apropriação territorial do Rio Grande do Sul:

O fundamento econômico básico de apropriação de terra gaúcha: a preia do gado xucro. Na caça ao gado xucro defrontavam-se diferentes grupos, todos visando o conflito maior entre Espanha e Portugal que lutavam para conseguir a maior posse de terra possível (PESAVENTO, 1980, p. 47).

Houve inúmeras tentativas de Tratados entre as duas Coroas Portuguesa e Espanhola para entrarem em comum acordo entre a divisão territorial. Após a dizimação de boa parte dos índios Guarani, com a Guerra Guaranítica e a tentativa não efetivada da Espanha em levar os índios e padres jesuítas à outra margem (em terras espanholas), foi criado outro acordo, devido a Portugal se negar a entregar a Colônia do Sacramento aos Espanhóis. Assim, em 1861 foi criado o Tratado de El Pardo, que anulava o Tratado de Madri (COLVERO; ASSIS, 2012).

Em 1777 as Coroas Ibéricas assinaram outro Tratado, o de Santo Ildefonso, que determinava que a Colônia do Sacramento, os Sete Povos das Missões e parte da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pertenceriam a Espanha. Em 1801, foi assinado o Tratado de Badajós, ao findar a Guerra das Laranjas na Península Ibérica no qual a coroa Lusa por ter perdido o confronto deveria entregar algumas possessões na península e também a Colônia do Sacramento para a Espanha. Contudo, o final da beligerância demorou a ser comunicado nas colônias e Portugal avançou no processo de ocupação das missões. Esse fator veio a beneficiar Portugal, pois o que prevalecia era o sistema de *Uti possidetis*² no qual quem tivesse ocupado de fato determinada região, teria o direito de posse dela (COLVERO; ASSIS, 2012).

² Uti possidetis – sistema no qual quem estivesse sobre a região efetivamente instalado teria direito de posse sobre ela, uma espécie de uso capião (COLVERO; ASSIS, 2012).

O local em que se encontra hoje Itaqui pertencia à Redução Jesuítica de *La Cruz*, na outra margem do rio Uruguai. *La Cruz* foi fundado em 1657 e fixou-se definitivamente no seu local atual a partir de 1700. Itaqui era um campo de pastoreio e criação de gado do Povo Jesuíta antes da definição das fronteiras (COLVERO; ASSIS, 2012).

Os Jesuítas ao verificarem a necessidade da criação da redução preocupavam-se com alguns atributos necessários para que a redução pudesse se desenvolver com o mínimo de problemas possíveis. Observavam, por exemplo, a fertilidade das terras, os locais' que pudessem desfrutar um panorama bonito visando sempre ambientes propícios para reflexões e desenvolvimento da catequese para os índios reduzidos (SERRES, 2010).

Com a fundação de *La Cruz* houve a necessidade da criação de uma estância para abastecimento dessa redução. Iniciou-se uma discussão entre a Redução de *Yapeyu* e *La Cruz* para o estabelecimento do local no qual seria criada tal estância. A Redução de *Yapeyu* cedeu, então, uma parte de suas terras localizadas no lado Oriental do rio Uruguai para que fosse estabelecida a Estância de *La Cruz*, o que mais tarde daria origem ao atual Município de Itaqui (SERRES, 2010).

As belas construções jesuíticas, as plantações de erva-mate e algodão ficaram abandonadas e o gado passou a ser disputado por aventureiros portugueses e espanhóis, que também saquearam o resto das construções. O povo foi se dispersando e aos poucos começou a perder os modos e costumes de sua cultura (SANTOS, 2008).

Destaca-se que o cultivo de algodão e erva-mate não era produzido em território itaquiense, porém eram escoados pelo antigo porto de pedra (fig. 7) localizado no Município, que na época era uma das principais rotas de exportação dos produtos oriundos dos povos missioneiros.

Figura 7 - Imagem do antigo porto de pedra, localizado no atual porto de Itaqui



Fonte: COLVERO e ASSIS, 2012

O fim das Reduções foi marcado pelo abandono dos Sete Povos das Missões. O povo Guarani e os jesuítas foram expulsos em 1767, do território espanhol. A região referida entrou em decadência e em 1801 foram ocupadas definitivamente pela Coroa portuguesa. Com essa retomada da posse das terras pela Coroa Portuguesa, o gado que se proliferou passou a pertencer a Coroa, e seria a base econômica do próximo Sistema Agrário que sucederia, o Sesmeiro.

4.3 SISTEMA AGRÁRIO SESMEIRO

De acordo com Colvero e Assis (2012) o início do povoamento luso concretizou-se com a retomada da região pelo domínio português após inúmeros Tratados. Assim, o atual território de Itaqui formou-se pelo controle do Rincão da Cruz que fazia parte das Missões, patrimônio da Redução de *La Cruz* da Província de Corrientes, pelos portugueses no século XIX.

Essa retomada das terras pelos lusos se efetivou pela concessão das sesmarias³ aos súditos portugueses, entre eles muitos militares. A partir de 1802 a região inicia o processo de concessão das sesmarias, sendo a Sesmaria Rocha o local destinado à fundação do povoado que deu origem ao atual Município de Itaquí.

As sesmarias eram terrenos incultos e abandonados, entregues pela Coroa Portuguesa, desde o século XII às pessoas que se comprometiam a colonizá-los dentro de um prazo previamente estabelecido. Essas pessoas estavam pré-estabelecidas ao pagamento do dízimo para a propagação da fé (SANTOS, 2008).

Desde o ano de 1802, prolongando-se uma década após, militares envolvidos em lutas na defesa do território brasileiro para a Coroa receberam grandes lotes de terras nessa região de fronteira. De acordo com os estudos de Santos (2008) é possível identificar esses primeiros sesmeiros itaquenses:

Receberam grandes extensões de campos, os seguintes povoadores: 1. Manoel da Rocha e Souza – esposo de Rosa Maria do Nascimento, três léguas quadradas, onde foi criada a cidade. Parte desta sesmaria esteve em litígio durante algum tempo, pois o General David Canabarro teria comprado essas terras para a edificação da Vila, sendo que os herdeiros de Rosa requeriam a posse; 2. Manoel José Correa; 3. Padre José Pahim Coelho de Souza; 4. Manoel Ribeiro da Silva- 6 léguas quadradas; 5. Gabriel Godinho; 6. Antonio José Gonçalves; 7. Lino Pedro Belmonte; 8. Manoel de Souza Caldas; 9. Atanásio José Lopes – furriel que fora atacado na barra do Cambai pelas tropas do caudilho guarani, Andresito Artigas, em 1816, pai de D. Antonia Loureiro, casada com Manoel (Manduca) Loureiro; 10. Vitorino Antonio de Camargo; 11. José Antunes Monteiro; 12. Joaquim Rodrigues Lima – na estância Santo Cristo; 13. Antonio Caetano de Araújo; 14. Lino José Pinto; 15. João José Pereira; 16. Joaquim Marcelino de Vasconcellos; 17. João Damasceno de Córdoba; 18. Miguel Pereira Simões; 19. Santos José Pereira; 20. J. Pires da Silva; 21. Romoaldo José Pinto; 22. Pedro Belmonte da Silva; 23. José Maria Marques; 24. Francisco de Paula Pereira dos Santos; 25. Laurindo Pereira Fortes; 26. Elias Galvão de Aquino; 27. Anastácio José Rodrigues; 28. João Antonio do Espírito Santo; 29. Manoel José Machado; 30. Manoel Pereira de Escobar – em terras que formavam a estância jesuítica de Santa Maria da Tigana, ruínas ainda visíveis em 1856; 31. Lourenço Maria de Almeida Portugal; 32. Jerônimo Rodrigues Vieira; 33. Evaristo Ornellas; 34. João Antonio da Silveira; 35. Vicente Alves de Oliveira; 36. Manoel Machado de Souza; 37. Luiz José da Costa; 38. Venceslau Antonio Pinto; 39. José Antonio de Castilhos; 40. Raimundo Vieira Gonçalves; 41. Manoel Rodrigues Marques (SANTOS 2008 p. 26).

³ Vocábulo sesmaria derivou-se do termo sesma, e significava 1/6 do valor estipulado para o terreno. Sesmo ou sesma também procedia do verbo sesmar (avaliar, estimar, calcular) ou, ainda, poderia significar um território que era repartido em seis lotes, nos quais, durante seis dias da semana, exceto no domingo, trabalharam seis sesmeiros (SANTOS, 2008).

Quadro 1- Distribuição das primeiras sesmarias Itaquense

1º DISTRITO	2º DISTRITO
<ul style="list-style-type: none"> • Sesmaria Rocha – sede do povoado; • Sesmaria Antonio José; • Sesmaria Assumpção; • Sesmaria Santa Maria (no Ibicuí); • Sesmaria São João do Ibicuí. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sesmaria São Miguel; • Sesmaria Mariano Pinto; • Sesmaria Sociedade; • Sesmaria São Solano; • Sesmaria Bittencourt; • Sesmaria do Padre; • Sesmaria São João da Boa Vista; • Sesmaria Ramão de Abreu; • Sesmaria São João; • Sesmaria São José; • Sesmaria Bom Retiro; • Sesmaria Espinilho; • Sesmaria São Donato; • Sesmaria Tuparahi.
3º DISTRITO	4º DISTRITO
<ul style="list-style-type: none"> • Sesmaria Santa Maria da Tigana • Sesmaria Santa Rosa do Capão Grande • Sesmaria Monte Alegre • Sesmaria Jacuí • Sesmaria Bororé • Sesmaria dos Espinilhos • Sesmaria Guapohy • Sesmaria Itaó • Sesmaria Dornelles • Sesmaria Santa Rosa 	<ul style="list-style-type: none"> • Sesmaria Santo Christo • Sesmaria do Butuhy • Sesmaria Piche • Sesmaria de São Canuto • Sesmaria das Éguas Morochins • Sesmaria da Figueira • Sesmaria Curuçu (Curuçu pucu)

Fonte: Santos, 2008.

Podemos destacar que as sesmarias da Tigana, Bororé, Santo Cristo e São Donato são remanescentes do período jesuítico em Itaquí. Manoel Pereira de Escobar era proprietário da primitiva estância jesuítica de Santa Maria da Tigana, por volta de 1821. Nesse ano, o território de Itaquí contava com 42 estâncias.

No ano seguinte, 1822, D. Pedro I suspendeu definitivamente as concessões de sesmarias, e na precisa data de 18 de setembro de 1850 foi promulgada a Lei de Terras. A partir da referida data as terras somente seriam adquiridas através de compra, não sendo mais distribuídas como no início (SANTOS, 2008).

Conforme o demonstrativo (Tabela 3), baseado em dados dos anos de 1922 a 1923 do qual se encontra na obra de Santos (2008), podemos identificar as primeiras sesmarias com seus respectivos donos. Convém destacar que na atualidade algumas estâncias e fazendas não possuem os mesmos laços sanguíneos com os antigos sesmeiros.

Tabela 3 Demonstrativo da divisão das primeiras sesmarias por Distrito

Nome	Distrito	Ano de Posse	Sesmeiro
Estância da Lagoa	1º	1923	João de Deus Nunes
Estância Pessegueiro	1º	SR	Felicidade Gonçalves e Filhos
Estância São Jorge	SR	1923.	Octacílio Fontoura da Silva
Estância Sina Sina	SR	SR	Rita Sampaio da Silva
Estância das Três Figueiras	SR	SR	Ingleses Dickinson
Estância São Roque	SR	1922	Antonio Degrazia
Estância São Salvador	Sr	1923	S. Degrazia
Estância do Ibicuí	1º	1922,	Pedro Dinarte Pinto
Estância Santa Maria	SR	1923	Sr. Antonio Duarte Vidal
Estância Paraíso	SR	1922	Feliciano da Silva Goulart
Estância Santa Isabel da Boa Vista	SR	1922	Bernardo Schenini
Estância de São Donato	SR	1844	Francisco das Chagas Santos
Estância Jaguarý	SR	SR	Santos Loureiro
Fazenda Sociedade	3º	1922	D. Ephigenia Nunes Barbosa
Estâncias Descuido, Santa Rosa e São Vicente	SR	1923	Vicente Soles
Estância Estrela do Oriente	SR	1923	Pedro de Alcântara Monteiro Filho

Estância Santa Luíza	SR	1923	Luiz Acylino Palmeiro.
Estância Porto das Pedras	3°	1923	Aristotelima da Silva Soles
Estância do Passo da Maria	1°	1923	Avelima Fernandes da Silva
Estabelecimento Umbu	3°	1927	Alcides Fernandes Lima
Estância Pedra Lavrada e Boa Vista	3°	SR	Firmino Fernandes Lima
Estância Bom Retiro	3°	1922	Coronel Antonio Fernandes Lima

SR = Sem registro⁴

Fonte: SANTOS, 2008.

O povoado de Itaqui começou a ser organizado a partir de 1821 com um acampamento militar sob o comando do Capitão Fabiano Pires de Almeida, às margens do rio Cambaí, um tributário do rio Uruguai, devido às constantes cheias. Foi esse acampamento deslocado para acima da margem, juntamente com famílias emigradas da Argentina trazidas pelo irmão de Fabiano, que deram início ao povoamento da região (SANTOS, 2008).

Esse povoamento tinha a missão estratégica de fazer a vigilância da fronteira num período conturbado entre as relações das coroas luso e espanhola. Foi então organizado o povoado em quatro ruas de sentido Norte/Sul e quatro de sentido Leste/Oeste (SANTOS, 2008).

Em 1837 o povoado passava a categoria de Freguesia de São Patrício de Itaqui, ligada a São Francisco de Borja. No ano de 1853 foi instalada a primeira mesa de rendas ⁵de Itaqui, e esse fator conseguiu demonstrar o potencial comercial do porto local superando por várias vezes a arrecadação de exportações, tanto de São Borja quanto de Uruguaiana. Isso fez com que no dia 6 de dezembro de 1858 essa Freguesia fosse elevada a categoria de Vila de Itaqui, desmembrando-se de São Borja.

Nesse tempo a Vila possuía em torno de 400 casas, 6.031 habitantes, sendo 5.554 livres, 63 libertos e 1014 escravos. Em 03 de maio de 1879 a Lei Provincial N.º 1.207 declara Itaqui como cidade. O nome ficou São Patrício de Itaqui em homenagem ao padroeiro, logo foi simplificado para Itaqui (COLVERO; ASSIS 2012).

Segundo estudos de Colvero e Assis (2012) podemos observar que no momento da emancipação da Vila de São Patrício de Itaqui, o número de libertos e escravos era de grande

⁴ Conforme Santos (2008) os dados com a sigla SR não foram obtidos na pesquisa do autor.

⁵ Termo usado por Colvero; Assis (2012) para relatar as reuniões ocorridas para esclarecimentos sobre as arrecadações de impostos.

expressão, chegando a 17,8% da população total. Considera-se que esse número de escravos era expressivo para a época com relação ao número de habitantes.

4.3.1 Práticas de Cultivo, Pecuária e Comercialização das Sesmarias

No ano de 1821 Itaqui contava com 30 estâncias de criação de gado de origem *vacum*⁶, ovinos e equinos, principal economia da época. Nos relatos de Saint-Hilarie (1897) ele definia os campos de Itaqui como planos, levemente ondulados, e de boas pastagens para a engorda do gado.

O autor relata que as terras eram boas para a agricultura de subsistência e ressalta a renovação natural das pastagens feitas por intermédio das queimadas. As principais plantações da época eram dentre outras, trigo, arroz, abóbora, melão, melancia, feijão, figo e pêssego:

Se as terras desta região são boas para a criação de gado, também o são para a agricultura. O trigo, o milho, o feijão crescem ai muito bem. Em parte alguma comi melões tão gostosos como aqui. Os melões excelentes crescem, aqui quase sem cuidado especial. Pode se cultivar a mesma terra durante seis anos seguidos sem adubá-la, nem deixá-la repousar (SAINT-HILARIE, 1987, p. 164).

Saint-Hilarie (1887) relata, ainda, que se encontravam nos galpões das chácaras e estâncias grandes quantidades de surrões de trigo. Esses surrões eram sacos de couro feitos para armazenar o trigo pronto:

No galpão estavam inúmeros surrões de trigo, colhidos aqui (...). Os sacos, os surrões nos quais os cultivadores desta capitania guardam o trigo são feitos com couros inteiros costurados com cordões estreitos também de couro (SAINT-HILARIE, 1987 p. 167).

Apesar da prática da agricultura em pequena escala, nesse Sistema Agrário Sesmeiro a atividade predominante e lucrativa era a pecuária. A criação do gado no campo empregava poucas pessoas. A mão de obra “livre” era composta pelo capataz, peões das estâncias e indígenas, que viviam como agregados. A agricultura era empregada apenas como forma de subsistência

⁶ Nome científico para o gado de várias espécie de bovinos e outros ruminantes de chifres que possuem aparência semelhante, dentre eles, vacas, bois e Búfalos (PONT, 1983).

A pecuária era a atividade principal e a agricultura era direcionada apenas como elemento de subsistência e não como fator de desenvolvimento, uma vez que empregada instrumentos rudimentares como arados puxados a bois, pás e enxadas, e não haviam nenhum sistema de irrigação (SAINT-HILARIE, 1987). Os principais instrumentos utilizados eram o laço, a boleadeira, a faca, a tração leve com utilização de bois, arados com aivecas⁷, pás e enxadas.

Conforme Fernandes (2009), o Sistema Agrário Sesmeiro começou a findar lentamente a partir de 1850 com a concretização da Lei da Terra. Outros fatores relevantes foram o começo das demarcações e cercamentos das divisas e a introdução de raças europeias a fim de melhoramento do gado crioulo. É o que cita Pont:

Na implantação dos primitivos alambrados, muitos vêm contribuir a Lei Provincial n° 203, de 12 de dezembro de 1850, determinando a obrigatoriedade do uso da marca no gado, até então muito pouco observado pelos sesmeiros arranchados nestas imensas coxilhas. Deduz-se daí que a gadaria xucra, gauderando em liberdade, faria menos trabalhoso o rodeio e léguas de descampado, além de seu alto custo (PONT, 1983, p. 519).

Para Pont (1983) as primitivas divisas das sesmarias eram feitas com o natural aproveitamento de acidentes topográficos, arroios, cerros, pontas de mato e as centenárias cercas de pedras.

Logo após a ameaça da guerra lopista⁸ e a queda do câmbio, que descera de 27 para 14, elevando a libra, moeda oficial daquela época, cotando-a de 8\$800 réis para 14\$100 réis, deram estímulos às transações do couro *vacum*, único ouro vigente, assim elevando o seu custo ao próprio valor do boi, do qual era por vários anos o único produto exportável.

A partir de então houve um significativo interesse pela pecuária, e após a “queda” voltava o período da lenta valorização, após um longo estágio de declínio, em virtude das revoluções que aconteceram na região e juntamente os crescentes interesses pela pecuária (PONT, 1983).

Vislumbrando algum tipo de segurança nos períodos considerados estáveis a partir de 1860 iniciaram as demarcações e legitimidade de posses, estruturando as estâncias e separando o gado que até então estavam soltos nos campos.

⁷ São arados em ferro na forma de um V, com tombador de terra, para tração animal ou mecânica. É o mais antigo implemento fabricado para a realização do preparo do solo. No Brasil, esse implemento é mais destinado à tração animal (SANTOS, 2008).

⁸ Guerra lopista – Guerra do Paraguai- foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul. Ela foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta por Brasil, Argentina e Uruguai (Colvero; Assis; 2012).

O testemunho do Dr. Severino de Sá Brito, revela o início dos alambrados, no vizinho Município de Alegrete-RS, por volta de 1860, pouco antes da guerra paraguaia. Depois de 1870 a pecuária ganhou especial impulso, graças paulatina introdução das cercas divisórias, que ensejaram a melhoria dos rebanhos bem como a simplificação das terras campeiras. Na década de 1880 já era intenso o comércio dos arames, o que denunciava o início da propagação dos alambrados por toda a região fronteirística (PONT, 1983, p. 521).

Nas figuras 9 e 10 podem-se observar as primeiras demarcações referenciadas como “estroncas” de acordo com Pont (1983), e logo, as primeiras cercas com arame galvanizado referentes aos anos de 1870 e 1890. Conforme o autor estes representam as primeiras demarcações realizadas nas propriedades da Fronteira Oeste, com o passar dos anos essas estruturas foram sendo substituídas por materiais novos e mais resistentes, conforme a necessidade.

Figura 9 - As primeiras estroncas que limitam as sesmarias



Fonte: PONT,1983.

Figura 10 - Primeiras cercas com arame galvanizado na região oeste do Rio Grande do Sul



Fonte: PONT, 1983.

A construção da ponte e posteriormente da linha ferroviária que ligava Itaqui aos municípios vizinhos em 1887 foi um marco importante no desenvolvimento municipal, pois impulsionou grande parte da economia local neste período. Facilitava a migração do gado para outros locais e conseqüentemente à comercialização e troca desse gado.

A construção da ponte sobre o rio Ibicuí (fig. 11) com 1.500 metros de comprimento iniciou em 1887 e foi finalizada em trinta de dezembro de 1888. Nessa mesma data começou a linha do trem no sentido Uruguaiana-Itaqui. Em 1966 a ponte passou a ser rodo-ferroviário e logo no final deste mesmo ano esta linha foi extinta (SANTOS, 2008).

Alguns fatores já mencionados no texto ajudaram a findar este Sistema Agrário Sesmeiro, que acabou lentamente a partir de 1850 com a concretização da Lei da Terra, da qual fazia exigências de que não haveria mais a posse de terras pela consseção das sesmarias, somente teriam a posse das terras quem pagasse por elas. A promologação da Lei e a queda do câmbio foram os principais fatores responsáveis pelo término do Sistema Agrário Sesmeiro, dando origem então ao próximo Sistema.

Figura 11 - Imagem da ponte sobre o rio Ibicuí, demonstrando a passagem do trem para áreas pertencentes ao Município de Uruguaiana-RS



Fonte: Colvero e Assis (2012).

4.4 SISTEMA AGRÁRIO DAS CHARQUEADAS

O charque, ou também a carne seca como é conhecida, era produzida no nordeste do Brasil desde o ano 1780. Seu grande propósito era alimentar escravos de várias regiões do Brasil. Com a ocorrência de uma grande seca no noroeste do País, que durou mais de três anos e dizimou grande parte da matéria prima desse local, um fazendeiro chamado José Pinto Martins buscou novos locais para se instalar e continuar desenvolvendo essa atividade de charqueadas (SANTOS, 2008).

Percebendo a existência de grandes rebanhos de gado no sul do Brasil José Pinto Martins mudou-se para a atual cidade de Pelotas, instalando-se em um terreno cedido pelo Governo Federal, fundando, dessa forma, a economia do charque no Rio Grande do Sul com a construção do saladeiro São João (SANTOS, 2008).

O ciclo do charque (fig. 12) no Rio Grande do Sul teve início com reflexos positivos na criação de gado. A produção do charque do saladeiro de Pelotas era transportada pelo rio São Gonçalo até o porto de Rio Grande, no qual a produção era exportada para Cuba. Somente um século e meio mais tarde se instalaram na fronteira oeste do Rio Grande do Sul três grandes saladeiros para a época, localizados nos Municípios de Uruguaiana, São Borja e Alto Uruguai (COLVERO; SERRES, 2009).

Figura 12 - Imagem do charque sendo seco em cercas divisórias das estâncias

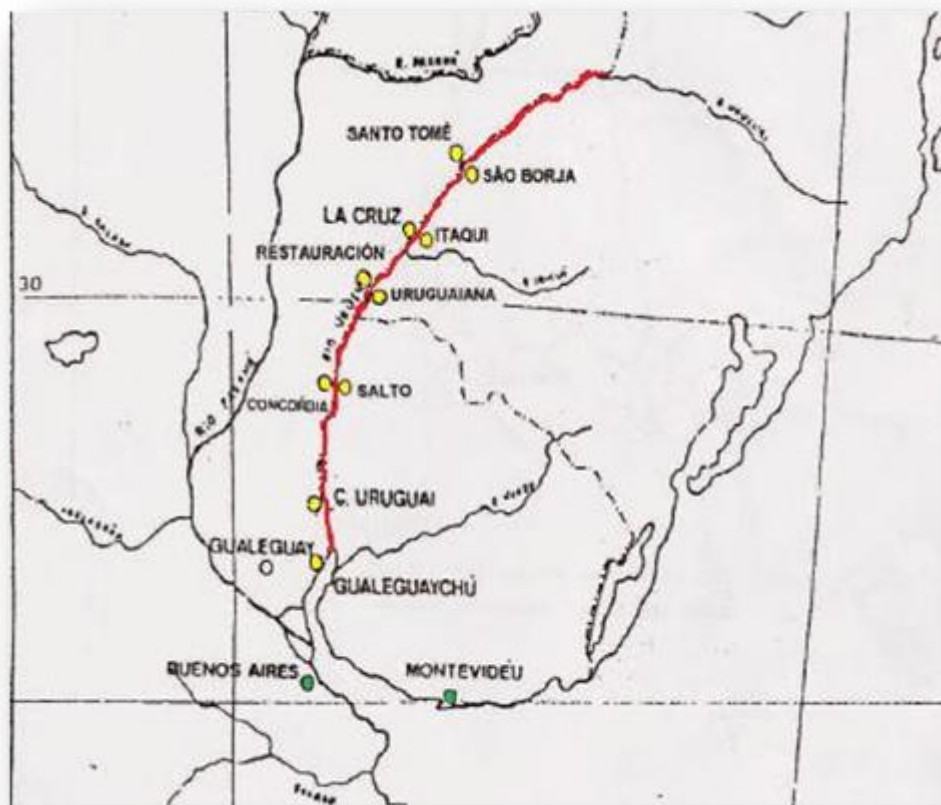


Fonte: (COLVERO; SERRES, 2009).

A existência de extensas áreas de campo aberto localizadas na região de Itaqui e a qualidade do gado brasileiro chamou a atenção do inglês *George Clark Dickinson* e seus cinco filhos. A família possuía dois grandes saladeiros na cidade de Salto, República Oriental do Uruguai, onde eram abatidos gados vindos da Argentina e do Rio Grande do Sul.

A região da Fronteira Oeste era propícia ao escoamento do charque. Os *Dickinson* escolheram muito bem o local no qual iriam instalar o saladeiro. Viram na região grandes oportunidades para a venda do charque, visto que o Município estava localizado no “corredor dos portos” (fig. 13). Eles escolheram o local pelo fato do fácil acesso ao rio Uruguai, com conexões fronteiriças com a Argentina. Além disso, a linha férrea tinha ligações do saladeiro ao porto de Montevideú. Esses fatores acarretaram o desenvolvimento do saladeiro de Itaqui (COLVERO; SERRES, 2009).

Figura 13 - Principais portos fluviais argentinos, brasileiros e uruguaios no rio Uruguai na metade do século XIX



Fonte: MEDRANO (1989, p. 114).

Destacam-se no mapa os principais portos fluviais em amarelo, a rota de escoamento da exportação em vermelho e em verde o destino dos portos exteriores.

A partir do interesse nas terras gaúchas os *Dickinson* finalmente instalaram em Itaqui o Saladeiro São Felipe ou Saladeiro Itaqui, como era conhecido. A compra da Estância Ibicuí, até então propriedade da senhora Maria Helena Fontoura Pinto, foi intermediada por um tropeiro chamado Narciso Mello para a construção do saladeiro que foi realizada entre os anos 1908 a 1910, com um custo de aproximadamente 80.000 libras esterlinas. A estrutura do Saladeiro dava a capacidade para abater até 1.000 reses por dia para a produção do charque e seus derivados. A figura 14 mostra o couro exposto ao sol para secagem, sendo esse produto também comercializado pelo saladeiro (SANTOS, 2008).

Figura 14 - Couro exposto ao sol no Saladeiro São Felipe-Itaqui



Fonte: www.itaquirs.com.br

O saladeiro São Felipe abateu no período de oito anos 350.000 reses, com uma produção média anual de 3.000.000 de quilos de charque, 1.000.000 de quilos de sebo, 50.000 quilos de graxa, 1.000.000 de quilos de couro salgado e 40.000 quilos de língua em conserva.

Têm-se registros de que também eram comercializados subprodutos como cinza de ossos, umbigos, nervos, colas e ossos de canelas dentre outros (COLVERO; SERRES, 2009).

O trabalho no Saladeiro era assalariado e os funcionários utilizavam instrumentos manuais, como serras, machado e facas para o abate do gado, apesar da existência luz elétrica naquela época. O trabalho braçal era feito por cerca de 300 funcionários (fig. 15), os mesmos trabalhavam em turnos e residiam na própria estância (PAHIM, 2003).

Figura 15 - Trabalho realizado pelos funcionários do Saladeiro São Felipe



Fonte: www.itaquirs.com.br

O Saladeiro possuía um mercado amplo e diversificado, atingindo além da América do Sul e Brasil, Europa, Estados Unidos, Inglaterra, Itália, França, Noruega e Japão. Para exportar além da América do Sul eram utilizados os portos de Buenos Aires e Montevideú.

A estrutura do Saladeiro São Felipe era imponente para os padrões da época. Possuía grandes pavilhões de alvenaria, duas usinas elétricas e cinco barcos movidos a motor. O local tinha um ramal ferroviário de seis quilômetros de extensão (fig. 16), ligando-o a linha férrea

da BGS (*Brazil Great Southern*), no trecho Itaqui/Uruguaiana. Por possuir essas estruturas consideradas avançadas, o Saladeiro ficou conhecido como o maior empreendimento saladeril da Fronteira Oeste gaúcha e entre os maiores do Estado (COLVERO; SERRES, 2009).

Figura 16 - Ramal ferroviário ligado ao saladeiro São Felipe/Itaqui

Fonte: COLVERO; SERRES (2009).



O principal estabelecimento das charqueadas, o Saladeiro São Felipe, foi a empresa que movimentou boa parte da economia do Município a partir dos anos de 1910 até meados de 1929. Foi fator importante para o desenvolvimento da exportação, do comércio e de grandes obras de Itaqui. Para a época era a maior empresa instalada no território itaquiense.

O gado advindo da pecuária era principal matéria-prima desse Sistema. O charque e os seus subprodutos produzidos eram oriundas das oito fazendas da família, porém havia também a criação de equinos para a lida no campo e de ovinos para o consumo da carne e da lã, além de animais domésticos de pequeno porte.

Na tabela 4 pode-se observar a quantidade de reses abatidas e dos produtos e subprodutos obtidos anualmente no Saladeiro no período de 1910 a 1918, como exemplos da sua produção.

Tabela 4- Quantidade de reses abatidas e produtos obtidos anualmente no saladeiro São Felipe (1910-1918)

Ano	Quantidade Reses	Produtos	Quantidade/ ano
1910	49.300	Charque	3.000 t
1911	82.631	Sebo industrial	1.000 t
1912	78.803	Couros	1.000 t
1913	60.923	Línguas em Conserva	40.000 l
1914	50.027	Conservas Diversas	30.000 l
1915	19.344	Extrato de carne	10 t
1916	41.611	Farinha de Carne	80 t
1917	24.290	Graxa Comestível	50 t
1918	24.546	-	-

Fonte: Colvero e Serres (2009, p. 37)

O Saladeiro impulsionou o comércio itaquense e foi fator importante na construção do Mercado Público de Itaquí (fig. 17).

Figura 17- Mercado Público de Itaquí, 1909



Fonte: www.itaquirs.com.br

Construído na mesma época da ascensão do Saladeiro, o Mercado Público tinha o objetivo de comercializar os produtos advindos dele, sem deixar de lado a importância da exportação, importante marco para a história do Município, como cita Santos:

O saladeiro São Felipe trouxe um período de intenso progresso para Itaquí, alavancando a construção do Mercado Público, fomentando o incremento da produção pecuária e atuando decisivamente na vida comercial e cultural do Município. (SANTOS, 2008, p.50)

O transporte do charque tanto via fluvial (fig. 18), quanto via ferroviária, foram de suma importância para o desenvolvimento da indústria saladeril. Porém com a abertura da Barra do Rio Grande que canalizou a produção estadual para seu único porto marítimo, elevando os custos da distribuição do produto e da aquisição de matéria-prima, dificultou à comercialização e conseqüentemente a produção do charque.

Figura 18 - Barcos a vapor e das chalanas utilizadas para transporte de passageiros e para o comércio no rio Ibicuí



FFonte: www.itaquirs.com.br

O saladeiro São Felipe operou firmamente por 20 anos, finalizando suas atividades no ano de 1930. Esse fim foi devido a muitos fatores influenciadores, destacados por ordem de importância, segundo Colvero e Serres (2009):

1° Abertura da Barra do Rio Grande, que canalizou a produção estadual para seu único porto marítimo;

2° Consequência da lei da Nacionalização do Charque em 1928, que impediu a saída do produto nacional pelos portos estrangeiros, tendo como destino os portos brasileiros;

3° Dificuldade da estrada de ferro (BGS) de arcar sozinha com o transporte da produção do saladeiro;

4° Crescente concorrência da indústria frigorífica;

5° Grande Depressão dos anos de 1930.

Esses fatores levaram o Saladeiro São Felipe, conseqüentemente Itaqui, a falência, dando fim ao Sistema Agrário da Charqueadas que trouxe grande desenvolvimento ao Município naquele período. Encerrando a exclusividade econômica que existia com a criação de gado e das charqueadas da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, abre-se espaço para a inserção da agricultura, com o início do plantio de milho, linho e trigo em meados de 1920, e logo com a inserção do arroz, em 1930.

5 A RIZICULTURA

A terceira fase capitalista, a monopolista-financeira, iniciada no século XX se estende até os dias atuais. Com ela veio um importante crescimento da economia capitalista com o processo de centralização dos capitais.

Grande parte dos lucros e do capital em circulação no mundo passa pelo sistema financeiro. A globalização permitiu as grandes produções, visando à redução de custos e a geração de capital. Com as mudanças estruturais da agricultura brasileira, durante o século XX, fica evidente a influência do sistema capitalista monopolista-financeiro nesse setor agrícola, subsequente, nas lavouras de arroz irrigado do sul do país.

As análises sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo financeiro na agricultura firmaram-se no aprofundamento da compreensão das transformações nas denominadas relações entre a agropecuária e a indústria. Nessa visão, o limite estrutural estabelece-se nas divisas das propriedades rurais, sobre as quais transbordam as forças produtivas da agricultura derivadas da ampliação e da agregação de valor pelo processamento agroindustrial de matérias primas rurais e pelo crescimento do uso de insumos e máquinas nos processos agropecuários (GONÇALVES, 2004).

As atividades produtivas e a geração de capitais alargam-se para fora das porteiras das fazendas no proliferar de fábricas de insumos e máquinas de processamento agroindustrial, que respondem por uma parcela expressiva do trabalho e da renda empregados na agricultura (GONÇALVES, 2004). Os dois Sistemas apresentados a seguir estão fundamentados nessa terceira fase capitalista e estão divididos em Sistema Agrário Contemporâneo Inicial, com a inserção da rizicultura no ano de 1930, e Sistema Agrário Contemporâneo Atual, a partir da década de 60/70 até os dias atuais.

5.1 SISTEMA AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO INICIAL

O Município começou a traçar sua história agrária orizícola pouco antes do ano de 1930, por Nabor Salgado nas várzeas do rio Cambaí (SANTOS 2008). O início do cultivo do arroz irrigado foi um marco para a economia itaquense, uma espécie de divisão, entre duas épocas: uma antes do cultivo do arroz, quando o sistema agrário era assentado principalmente na pecuária, e após o cultivo do arroz, quando começou a ganhar forças a partir de 1950.

Porém, o salto do crescimento da rizicultura ocorreu em 1970, quando chegaram ao Município às transformações tecnológicas oriundas da Revolução Verde.

Poucos anos antes, no período em que precede os cultivos orizícolas, já se tem registros da inserção de outras lavouras em Itaqui. Segundo estudos de Santos (2008), o grande pioneiro da agricultura em larga escala para os padrões da época em Itaqui, no período em que ainda predominava a pecuária, foi Narciso Melo. O produtor iniciou o cultivo de milho verde na localidade de Tuparaí, segundo distrito de Itaqui, junto com oito famílias de colonos italianos e alemães em 200 hectares de terra.

Usavam-se no cultivo do milho ferramentas manuais e tração animal com arados de aiveca (fig. 19). Porém esta prática não teve êxito, visto que os colonos abandonaram a lavoura antes da maturação do milho. No entanto, o produtor tentou novamente produzir a cultura, dessa vez com dezessete famílias brasileiras, italianas e russas em 500 hectares de terra, que durou até 1924 quando os colonos com algum capital se dispersaram.

Figura 19 - Arado utilizado para o preparo do solo e instrumentos manuais dos quais eram utilizados na época



Fonte: www.irga.rs.gov.br e <http://www.imigrantesitalianos.com.br/>

Em 1920 implantou-se no Município a citricultura na Fazenda Alto Uruguai, propriedade do Coronel Euclides Aranha. O Coronel tinha um imponente pomar no qual

cultivava bergamoteiras, exportadas para Argentina. No mesmo ramo das frutas cítricas estão inseridos os pomares de laranjeiras, de propriedade do senhor Atílio Mandadore, que produzia em suas terras aproximadamente 26.000 pés de laranjeiras (SANTOS, 2008).

No ano 1937 iniciou-se o processo de beneficiamento e exportação da laranja, através de incentivos vindos da Prefeitura Municipal e do Estado. No entanto, as exportações não obtiveram êxito no seu objetivo devido aos impasses alfandegários. A falta de escoamento do produto e de incentivos fiscais resultou no desestímulo dos produtores, aprofundado pelo ataque fulminante de gafanhotos que acabou destruindo totalmente os pomares e encerrando o cultivo de frutas cítricas em larga escala em Itaquí (SANTOS, 2008).

Em 1929 iniciará no Município o processo de mecanização nas lavouras, inicialmente com os cultivos de linho, milho e trigo. O agricultor Narciso produziu em suas propriedades os três cultivos em aproximadamente 2.000 hectares, nos Distritos itaquenses de Bororé Recreio e Tuparaí, com o total de onze famílias russas que migraram para o Município para trabalhar na lavoura (SANTOS, 2008).

Segundo Delazeri (2002), devido à falta de terras em grande escala na região central do Rio Grande do Sul, na qual predominava a colonização alemã e italiana de pequenas propriedades, os imigrantes italianos e alemães viram na fronteira oeste gaúcha uma grande oportunidade de cultivarem em extensas áreas de campo aberto e várzea, o que facilitava a irrigação do arroz pelas condições do solo.

A imigração teve ênfase no período de 1930 a 1960, agregando novos costumes a população local que na maioria eram descendentes de castelhanos, espanhóis e portugueses. Eles trouxeram os costumes das colônias para os pampas, dentre eles a diversidade de cultivos advindos das pequenas propriedades coloniais, como os pomares, as hortas, criações de animais domésticos e a produção de produtos caseiros, como queijos, morcela, linguiça, compotas, conservas (SINDICATO RURAL DE ITAQUI, 2013).

Nesse período não era somente a lavoura de arroz irrigado que gerava lucros para a economia local. Além da rizicultura a pecuária em Itaquí sempre teve seu destaque, com campos limpos e a excelência em pastagens. A partir dados do Sindicato Rural de Itaquí (2013) sabe-se que por volta de 1953 já se usavam a prática da inseminação artificial, com resultados excelentes e genética apurada. Nesse mesmo ano, um grupo de 11 produtores itaquenses criou a COPIL (Cooperativa Agropecuária Itaquense Ltda) por sentirem a necessidade de comercializar os subprodutos advindos da ovinocultura, prática que também teve ascensão nesse Sistema Agrário Contemporâneo Inicial.

Aos poucos as plantações de arroz foram transformando a paisagem natural dos pampas e o trabalho em família, característica principal desse cenário, no qual a hereditariedade prevalecia passando de geração a geração os conhecimentos de cultivos, criação, preparo do solo e inclusive os costumes sociais.

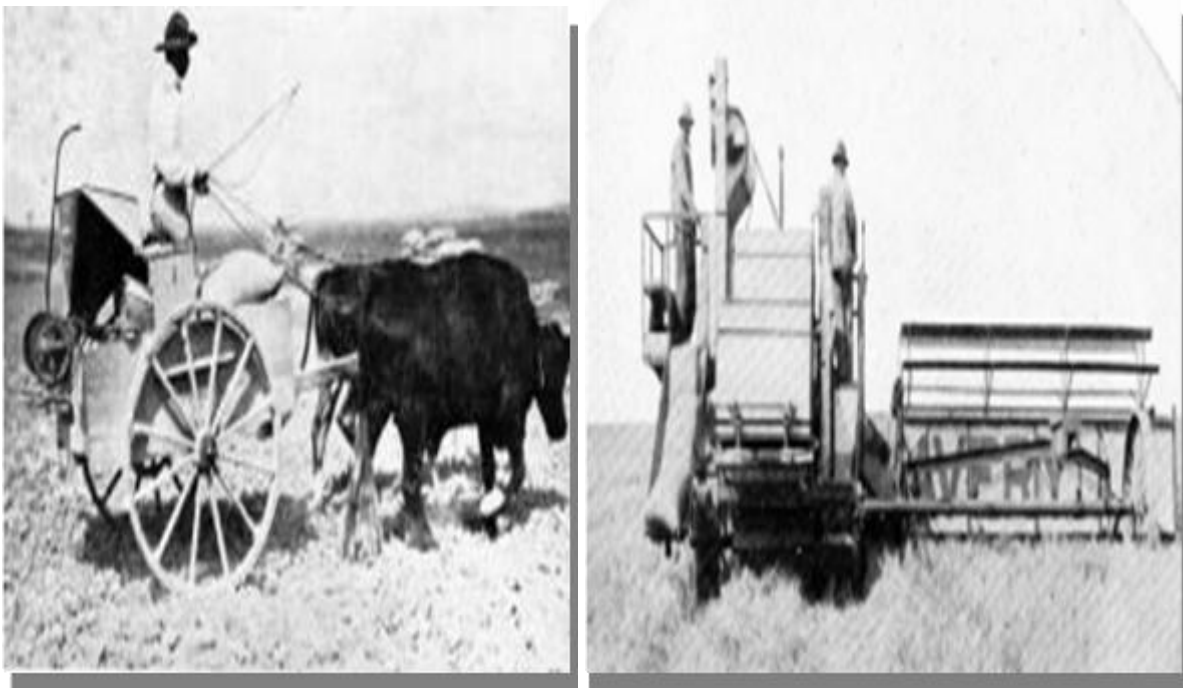
A prática da diversidade de cultivos sempre esteve presente entre essas famílias imigrantes, mesmo com as grandes plantações eles reservavam um espaço perto das moradias para o cultivo das hortas e pomares. Elas costumavam cultivar nas hortas e pomares alimentos tais como mandioca, batata, abobrinha, milho, leguminosos e hortaliças em geral, e as demais variedades de frutas como laranja, bergamota, abacaxi, pêsego, uva e acerola. Essas produções secundárias, tanto das hortas e pomares, quanto dos processados artesanalmente como queijos e linguiças, sempre foram utilizados para o consumo da família ou para a troca com vizinhos e empregados (ENTREVISTADO).

O principal sistema de cultivo era o arroz, pois as condições climáticas e topográficas eram propícias ao cultivo. O sistema de irrigação inicialmente era realizado através de vias fluviais, com madeiras colocadas em valos que levavam a água até a lavoura. Essa água era retirada do rio e impulsionada às plantações através de bombas movidas a diesel. Como esse sistema que levava água até as lavouras não era muito proveitoso, desperdiçava-se muita água no caminho, porém a rica quantidade de rios na região facilitava o cultivo desse grão (ENTREVISTADO).

Os produtores, tanto os que plantavam em grandes áreas e os que plantavam em áreas menores enfrentavam alguns empecilhos na época das cheias nesse período, pelo fato de que o sistema de irrigação primário não possibilitava a remoção das bombas e nem dos encanamentos. Visto que este sistema era fixo no solo, tornando-se vulnerável as cheias e as variações climáticas, muito comuns na região.

Nas lavouras o solo era revolvido com arados puxados a boi (fig. 20), tratores que tinham implementos como discos e grades. Na época da colheita, a mão de obra envolvia até 120 homens para uma média de aproximadamente 200 ha, que utilizavam instrumentos como foices e enxadas. O arroz colhido era retirado da lavoura com auxílio de carroças puxadas a boi, depois era levado até o secador, ensacado e colocado nos caminhões para a comercialização (ENTREVISTADO).

Figura 20 - Semeadeira, Ceifadeira e trilhadeira utilizadas no plantio na década de 1930-40



Fonte: www.irga.rs.gov.br

Segundo relatos do entrevistado, a partir dos anos 60 a área de plantio começou a ser de maior escala, aproximadamente 600 hectares (ha) de terras por produtor, sendo arrendada ou de posse. Eram dedicados aos cultivos de cereais e oleaginosos aproximadamente 200 ha de terras, que serviriam para alimentação dos animais e da família.

A convivência com vizinhos possibilitava a troca de experiências nas atividades realizadas, a permuta de mão de obra e de instrumentos agrícolas aprimorava os manejos e cada vez mais os sistemas de cultivos. Ainda utilizavam instrumentos agrícolas basicamente manuais, ferramentas como foices, enxadas, machados e arados puxados a bois, tendo como principal instrumento a mão de obra contratada. Porém, nesse período, já havia a introdução dos primeiros implementos “modernos” no Município (fig. 21), mas não eram todos os produtores que tinham a posse desses implementos no início (ENTREVISTADO).

Figura 21 Implementos agrícolas da década de 1950



Fonte: <http://tratoresantigos.blogspot.com.br/>

O produtor entrevistado destaca que nesse período as transformações ocorrem na paisagem natural dos campos, visto que com os avanços da tecnologia cada vez mais aumentavam as áreas a serem cultivadas. Assim a mata ciliar existente teve de ser removida por quase o total, a mata costeira do rio teve de ser desmatada e sua madeira era aproveitada nos antigos secadores. De 25 metros de mata costeira foram deixado aproximadamente 5 metros, influenciando muito na fauna da região, conseqüentemente na redução de animais silvestres e matas nativas.

Esse Sistema Agrário Contemporâneo Inicial deu origem ao próximo Sistema, que está vinculado as grandes transformações tecnológicas e a difusão da tecnologia no campo, conseqüentemente está vinculado a propagação das lavouras orizícolas itaquenses.

5.2 SISTEMA AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO ATUAL

Com a modernização dos equipamentos agrícolas devido às transformações dos pacotes tecnológicos, aproveitavam-se cada vez mais o rendimento do solo para o plantio. Por ser uma região de umidade elevada e características bioclimáticas propícias, o cultivo do arroz tornou-se a principal fonte de renda do Município. Os cultivos de soja e trigo em culturas ficaram em segundo plano, utilizados também em pequena escala para a correção do solo durante o sistema de rotação de cultivos, juntamente com a pecuária.

Para Silva (1996) essa fase foi marcada por uma transição na agricultura conhecida como “complexos rurais” para uma dinâmica comandada pelos “complexos agroindustriais”. Essa fase do processo de modernização da agricultura foi caracterizada por transformações no âmbito das relações comerciais, dos processos produtivos e das estruturas sociais do Município de Itaquí.

Na década de 1960 já operavam na região tratores de 50 a 70 HP e máquinas colheitadeiras. O salto do desenvolvimento no setor orizícola na região trouxe avanço em vários aspectos do setor, conjuntamente com grandes dificuldades econômicas e sociais, visto que os pequenos produtores não conseguiram acompanhar a propagação das lavouras orizícolas, e acabaram migrando para outros ramos e até mesmo indo trabalhar na cidade. (SINDICATO RURAL DE ITAQUI, 2013).

Algumas dessas dificuldades encontravam-se na armazenagem dos produtos oriundos das lavouras de trigo, soja e arroz-irrigado e na diminuição da mão de obra contratada, fazendo com que grandes e pequenos produtores fundassem em 30 de julho de 1963 a Cooperativa Agrícola Mista Itaquense (CAMIL) em um armazém de 2.700 m².

A CAMIL Alimentos S/A proporcionou inúmeros benefícios ao povo itaquense, como empregos e uma maior assistência ao produtor, que passava a ter a capacidade de armazenagem de seu produto e melhor comercialização, venda e assistência técnica de insumos para a sua lavoura. Outro fato importante ocorreu em 28 de maio de 1965, quando o Sindicato Rural de Itaquí iniciou suas atividades com exatos 20 sócios.

Na mesma década da fundação da CAMIL Alimentos e do Sindicato Rural veio para o Município à aviação agrícola, no final da década de 1960. A vinda da aviação tinha o intuito de acompanhar o crescimento do setor orizícola, visto que aumentavam cada vez mais a área das lavouras, necessitando rapidez nas aplicações de produtos químicos sobre as áreas plantadas.

Na década de 70, com o salto das inovações tecnológicas aplicadas na agricultura, as facilidades de acesso ao crédito rural e a propagação da energia elétrica no Município, induziram os produtores a investirem pesado na difusão da tecnologia no campo. Investiram na aquisição de implementos modernos com alta capacidade de produção (fig. 22 e 23), para agilizarem o processo de produção.

Figura 22 – Colheitadeira e ceifadeira na lavoura orizícola na década de 1970.



Fonte:<http://tratoresantigos.blogspot.com.br/>

Figura 23 - Trator-CBT na lavoura orizícola na década de 1970.



Fonte:<http://tratoresantigos.blogspot.com.br/>

No final da década de 1970, por volta do ano de 1977 e 1978, o Município plantava uma área de 33.000 ha de arroz irrigado, 58.000 ha de soja, e 34.000 ha de trigo, conforme a tabela 5. No início do ano de 1980 já predominava a lavoura de arroz irrigado, tornando as lavouras de soja e de trigo mais defasadas, devido às frustrações ocorridas nas safras anteriores com secas prolongadas e, outras vezes, pelo excesso de chuva. Outro fator foi à diminuição drástica do crédito subsidiado, fazendo com que os produtores enfrentassem inúmeras dívidas e não conseguissem arcar com os custos das lavouras com recursos próprios (SINDICATO RURAL DE ITAQUI, 2013).

Tabela 5- Produção de grãos em Itaqui na década de 70

Produto	Área Plantada (ha)
Arroz irrigado	33.000
Soja	58.000
Trigo	34.000

Fonte: www.irga.com.br

Nessa época, o sistema de plantio era basicamente convencional, semeado a lanço e após, entaipado. A mão de obra era assalariada e os funcionários recebiam além do salário percentagens de sacas de arroz no final de cada colheita. Para a pecuária a mão de obra era patronal livre, porém eram pago aos capatazes ou funcionário encarregado um diferencial sobre serviços extras de inseminação, doma, dentre outros (SINDICATO RURAL DE ITAQUI, 2013).

Segundo o IRGA (2011), no final do ano de 1977 e início de 1978 o Município contava com um rebanho de 316.900 bovinos, com raças europeias e asiáticas. Na ovinocultura contava com 330.451 cabeças, com raças específicas para lã, a suinocultura, com 5.910 cabeças, conforme a tabela 6. Nesse período o foco começava a girar em torno do abate desses animais. No início do ano de 1980 Itaqui teve o seu primeiro criatório de suinocultura particular e de grande porte, a agroindústria YARGO.

Tabela 6 - Rebanhos Itaquenses na década de 1970

Produtos	Quantidade/Cabeças
Bovinos	316.900
Ovinos	330.451
Suínos	5.910

Fonte: www.irga.com.br

Itaqui sentiu os reflexos da crise dos anos de 1980, década em que a crise nacional abalou os sistemas de produção de todo o País. Após esse período, intensificava-se a aplicação de insumos e agrotóxicos nas lavouras da região com intuito de promover a produtividade que estava em baixa. Com a aplicação de fungicidas houve uma ampliação da produtividade, necessária em meio a dívidas dos anos anteriores. Essa ampliação da produtividade nas lavouras orizícolas desencadeou a intensificação dos sistemas de irrigação e do aumento das áreas plantadas, e por consequência a degradação das margens dos rios e das áreas protegidas (ENTREVISTADO).

Na década de 1980 também se pode observar que algumas propriedades particulares estavam se estruturando com secadores e silos para a armazenagem dos grãos. Nesse período, a proporção de arrendatários de terras era maior do que proprietários. O Sindicato Rural de Itaqui estima que no período que precede a década de 80 havia cerca de 400 produtores de arroz associados ao Sindicato, esse número de associados refere ao auge da modernização da agricultura itaquense.

Nos dias atuais esse número não alcança 100 produtores associados, sendo eles arrendatários ou proprietários, predominando as propriedades classificadas de acordo com os parâmetros do Sindicato Rural de Itaqui (2013), como médias e de grande porte, todas tendo como principal cultivo o arroz irrigado. Na tabela 7 observam-se as dimensões da lavoura orizícola entre os anos de 1980 a 2000, assim como a classificação de seus produtores com relação às dimensões das propriedades por hectares.

Tabela 7 - Classificação das lavouras Orizícolas de Itaqui por hectare (1980-2000)

Década	Hectares	Classificação		
		PEQUENO	MÉDIO	GRANDE
1980	200 em diante			X
	100 a 200		X	
	Menos de 100	X		
1990	300 em diante			X
	200 – 300		X	
	Menos de 200	X		
2000	700 em diante			X
	300 – 700		X	
	Menos de 300	X		

Fonte: Sindicato Rural de Itaqui (2013).

A tabela acima nos apresenta a alteração no modo de denominação dos produtores rurais. No ano de 1980 um grande produtor era aquele que possuía uma área a partir de 200 ha. Já no ano de 1990 com essa mesma área era considerado um médio produtor e a partir do ano de 2000, se possuísse área plantada abaixo dos 300 ha, era considerado pequeno produtor.

No ano de 1990 e 2000, épocas em que a modernização já estava instalada na região, somente os produtores bem inseridos no setor orizícola, e com estabilidade financeira, permaneciam consolidados no ramo. Os maquinários disponíveis para esses anos são os tratores de até 200HP, implementos agrícolas de grande porte (fig. 24 e 25), nivelamento de taipas a “laser” e consequentemente a diminuição do número de funcionários.

Figura 24 – Trator Maxxum 125 cv – Caise, Iimplemento Agrícola Moderno



Fonte: <http://www.agrofitocase.com.br/trator/maxxum-110-125/>

Figura 25- Colheitadeira New Holland TC 5070, Implemento Agrícola Moderno



Fonte: http://www.planetaarroz.com.br/site/noticias_detalhe.php?idNoticia=7550

Cada vez mais passou a tecnologia a ser utilizada a favor dos produtores, o sistema de irrigação aperfeiçoava-se com os anos, e o bombeamento com motores a diesel tornava-se defasado, visando à praticidade que a energia elétrica oferecia aos produtores. A partir de então a tecnologia torna-se indispensável no plantio das diversas culturas inseridas no Município. A utilização de insumos aumentava a cada ano, visando à produtividade e o rendimento das áreas plantadas, conforme nos apresenta a tabela 8 (SINDICATO RURAL DE ITAQUI, 2013).

Tabela 8 - Evolução da área plantada e da produtividade no Município de Itaqui (1997 a 2010)

Safra	Área Plantada (ha)	Produtividade (Kg)	Produção (Kg)
1997/98	48.380	3.700	3.580.120
1998/99	58.755	6.200	7.285.620
1999/00	53.023	5.531	6.937.899
2000/01	54.765	6.568	7.193.930
2002/03	49.651	4.747	4.713.866
2003/04	54.164	6.557	7.103.067
2004/05	54.423	6.990	7.608.336
2005/06	61.920	7.360	9.114.624
2006/07	54.824	7.950	7.620.536
2007/08	65.500	7.510	9.838.100
2008/09	65.659	7.477	9.818.646
2009/10	66.000	7.350	9.780.545

Fonte: IRGA, 2010.

A produção de arroz em Itaqui, desde a safra 1997/98, vem apresentando índices crescentes em termos de área plantada e rendimento devido aos avanços tecnológicos, tanto em implementos quanto em novas técnicas de plantio e novas formas de administrar o empreendimento rural itaquiense. A elevação da produtividade tem feito com que os produtores cada vez mais busquem investir em suas propriedades para que continuem obtendo rendimentos na lavoura orizícola.

Destaca-se que a diminuição da área plantada e da produtividade ocorrida no ano de

2007 ocorreu devido a dois fenômenos climáticos ocorridos no Município, o *El Niño* e a ocorrência de grandes cheias nos rios, que prejudicaram o momento do plantio e consequentemente obrigando os produtores a diminuir a área plantada. O fato isolado dessa safra não significa que houve grandes perdas irreversíveis, visto que a produção apesar de não alcançar o objetivo, ainda estava dentro da média esperada pelos produtores (SINDICATO RURAL DE ITAQUI, 2013).

No decorrer dos anos as safras vem acontecendo dentro dos parâmetros esperados, com algumas altas e baixas, flutuações de preços e decorrências muitas vezes desfavoráveis aos produtores, que acabaram vendendo o grão em baixo preço. Porém conforme a tabela 8 pode-se observar no ano safra de 2005/06 uma elevada produção do grão, que consequentemente favoreceu os produtores rurais.

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE de 2006, o Município configura-se com as seguintes condições legais das terras produtivas (tab.9):

Tabela 9 - Condição legal das terras produtivas do Município de Itaquí.

Condição	Área (ha)	Unidades
Próprias	160.712	468
Arrendadas	74.093	164
Parcerias	13.777	18

Fonte: IBGE, 2013

Esta tabela representa a conjuntura em que o Município encontra-se atualmente, devido a muitos fatores principalmente financeiros, houve a concentração de terras no município, permitindo com que boa parte das propriedades rurais permaneça na posse dos grandes produtores, que acabaram absorvendo essas terras para concentrarem renda.

Atualmente a rizicultura é a principal fonte de renda municipal (80%), seguido pela pecuária, suinocultura, ovinocultura e outras culturas temporárias e permanentes como a laranja e a uva (LIMA, 2011). Encontra-se também os cultivos de linho, trigo, sorgo, milho, soja, dentre outros, cultivados em parcelas menores e utilizados na correção do solo.

No ano de 2009 essas culturas permanentes (tab. 10) correspondiam à uma parcela considerada pequena no Município, em relação a área total cultivada de arroz irrigado.

Tabela 10- Culturas permanentes do Município de Itaqui no ano de 2009

Produto	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (ton)	Valor da Produção (R\$)	Rendimento Médio (kg/h)
Laranja	21	21	105	147.000,00	5.000
Uva	6	6	9	10.000,00	1.500

Fonte: IBGE, 2009.

De acordo com o IBGE (2009) as lavouras permanentes itaquenses compreendem o cultivo de laranja e uva, numa área que não atinge 30 ha. As lavouras temporárias apresentam uma boa diversidade no Município, sendo que o arroz ocupa o lugar de destaque, seguido pela soja, milho, trigo, linho, batata doce e a mandioca, como se observa na tabela 11.

Tabela 11 - Lavouras Temporárias do Município de Itaqui do Ano de 2009

Produto	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (ton)	Rendimento Médio (kg/ha)	Valor da Produção (Mil Reais)
Arroz	65.500	65.300	496.280	7.600	268.577
Batata doce	25	25	150	6.000	272
Linho	200	200	189	1.800	270
Mandioca	21	21	189	9.000	255
Milho	4.000	4.000	4.320	1.080	1.296
Soja	16.000	16.000	19.200	1.200	14.395
Trigo	3.000	3.000	6.000	2.000	2.208

Fonte:IBGE 2009

Conforme os dados encontrados na tabela 11 pode-se considerar que o cultivo do arroz irrigado apresenta um bom retorno financeiro para o Município. Assim, justificando a sua importância para a economia local, obtendo um valor de produção na ordem de 268, 57 milhões de reais. A soja, segundo maior valor, alcançando 14, 39 milhões de reais. O trigo,

embora tenha uma área menor do que o milho obteve um valor de produção superior, 2,20 milhões de reais, sob 1,29 milhões de reais, do milho. Já a batata doce, o linho e a mandioca alcançaram, respectivamente, 272 mil, 270 mil e 255 mil reais.

Nos últimos anos, Itaqui apresenta um significativo aumento na produção de arroz irrigado. O Município registrou aumentos na área plantada e na produtividade da lavoura orizícola, elevando o mesmo a ser considerado o maior produtor de arroz do Estado do Rio Grande do Sul até o ano safra de 2012/13, segundo dados do IRGA (2013). No entanto, esse aumento na área da lavoura orizícola não representou um aumento em relação à mão de obra empregada na atividade.

Diante dos reflexos da modernização utilizavam-se um empregado para cada 20 ha de arroz plantados. Na atualidade, tem-se a relação de um empregado para cada 60 ha de arroz cultivados, tornando o trabalho desses profissionais cada vez menos procurado. Esse fator pode gerar um problema social, visto que esses trabalhadores tendem a migrar para outros ramos na área urbana e muitas vezes não conseguem mais empregos no campo (SINDICATO RURAL DE ITAQUI, 2013).

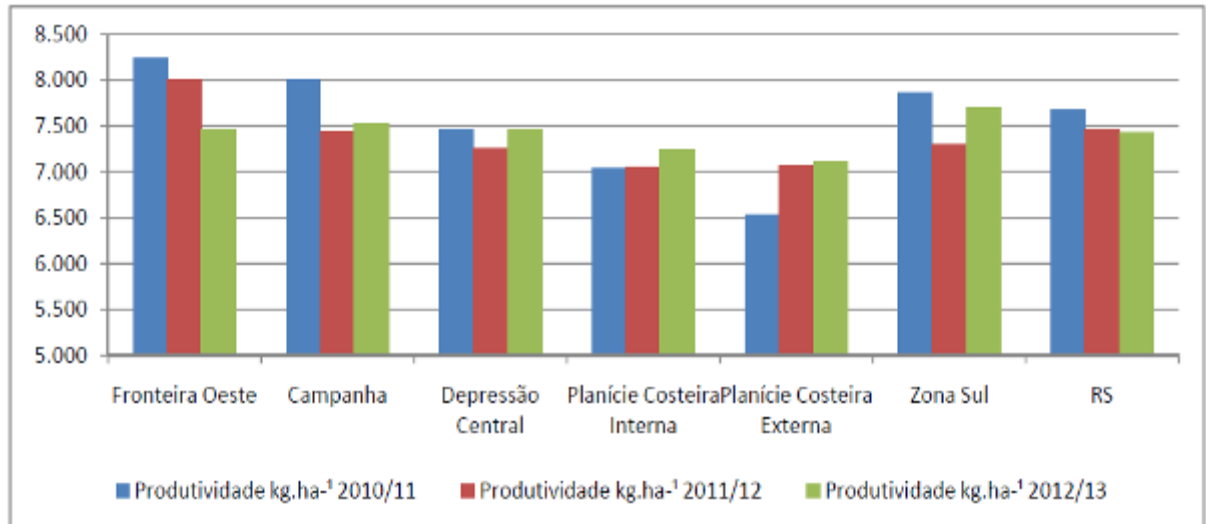
O arroz para os itaquenses é sinônimo de excelência, mesmo que na conjuntura de uma safra bem sucedida entrem os fatores físicos, humanos, climáticos e econômicos associados e interligados.

Destaca-se para a Fronteira Oeste o maior parque industrial de beneficiamento e armazenamento de arroz da América Latina (IRGA, 2013). Na região existem várias empresas especializadas em grãos e Itaqui conta com grandes indústrias de beneficiamento do grão, sendo algumas: a CAMIL S/A e a Josapar Alimentos. Também possui outras empresas de médio porte que estão em ascensão no Município, tornando-o o maior produtor nacional de arroz irrigado, ultrapassando Uruguaiana que até o ano safra de 2012/13 liderava esse *ranking* (IRGA, 2013).

Itaqui, segundo dados obtidos no IRGA (2013), até o período de 05/04/2013 foram semeados no Município cerca de 97.117 hectares do grão, tendo como resultados até o dado momento cerca de 60.213 hectares de área colhida, representando 62,00 % do total desta área. Estes números representam uma produtividade de cerca 7.495 quilos por hectare.

O gráfico a seguir (fig. 26) representa a produtividade em Kg/ha do grão nos períodos relativos aos anos safras de 2010/11; 2011/12 e 2012/13 no Rio grande do Sul, conforme a região.

Figura 26 - Produtividade do arroz para os anos de 2010/11, 2011/12, 2012/13.



Fonte: IRGA, 2013

Conforme os dados da fig. 26, podemos observar que a produtividade na região da Fronteira Oeste vem decaindo, devido aos fatores climáticos, principalmente neste ano safra de 2012/13, que com a falta de chuva no início do ciclo atrasou o plantio da cultura e comprometeu a produtividade das lavouras. Estima-se que houve uma redução equivalente a 20% a 25% na produtividade em relação aos dois anos safras anteriores.

Atualmente em Itaquí, os produtores de arroz trabalham em uma conjuntura que abrangem alguns cuidados com o meio ambiente que não eram aflorados nas décadas passadas. Muitos orizicultores tem a consciência de que é preciso preservar, ou ao menos degradar o mínimo possível o meio ambiente, visto que sofrem com os impactos que foram causados ao meio (ENTREVISTADO).

Utilizam nesta conjuntura a prática do cultivo mínimo, no qual o preparo do solo conta com um número mínimo de operações, normalmente duas gradagens superficiais e uma plaina. Esse sistema é praticado em mais de 90% das lavouras orizícolas do Município, pois o produtor tem consciência da necessidade de manter o mais intacto possível a estrutura do solo para mantê-la nutritiva (SINDICATO RURAL DE ITAQUI, 2013).

No entanto, o Município precisa intensificar a conscientização do uso de outorgas de água e licenciamento ambiental, bem como respeitar os limites estabelecidos pelo Código Florestal em relação as APP's (Áreas de Preservação Permanente) e reserva legal. Estas

práticas vêm sendo mais fiscalizadas e cobradas no Município, exigindo os orizicultores a se adequarem as normas e leis estabelecidas (ENTREVISTADO).

É importante destacar programas e projetos que vem sendo implantados no Município para melhor reaproveitamento dos recursos naturais e conservação dos mesmos. O “Projeto 10” do IRGA, hoje com a produtividade média de 7.800 kg/ha, cuja finalidade é alcançar a produção de 10 mil quilos de arroz por hectare, conta com uma lavoura tecnificada e maquinários modernos, também exige práticas ambientais vigentes e a aplicação de agrotóxicos sob orientação agrônômica (IRGA 2013).

Para isso são aplicadas diversas técnicas recomendadas pelo Departamento de Assistência Técnica do IRGA, como época de plantio, adubação necessária e semente adequada, que compreende uma lavoura com maquinários modernos e práticas ambientais que não são tão agressivas ao meio ambiente, visando uma lavoura mais sustentável (fig. 27) (IRGA, 2013).

Figura 27 Lavoura de arroz irrigado, na fase de maturação



Fonte: <http://aguaboanews.blogspot.com.br/2009/02/resumo-de-noticias-agricolas-07022009.html>

No entanto, mesmo configurando-se com esta alta produtividade, nos últimos anos, questões relacionadas ao *déficit* hídrico vêm sendo apontado como umas das causas que poderão levar ao não aumento da produtividade orizícola.

O Rio Grande do Sul, no início da safra 2012/2013, foi marcado pela instabilidade motivada pelos baixos níveis dos mananciais hídricos, resultado da prolongada estiagem que sofreram os Municípios. Na fronteira oeste do Estado, a região que representa mais de 20% da produção nacional do grão, o desassossego refletia o índice de pouco mais de 50% da capacidade hídrica necessária para a irrigação das lavouras. Porém as chuvas de meados de setembro e outubro de 2012, influência do fenômeno *El Niño*, fizeram aflorar as expectativas do setor orizícola, resultando em um incremento da área semeada estimada inicialmente para a região (ZERO HORA, 2013).

Deste modo, as mesmas chuvas que regularizaram a capacidade hídrica provocaram um retardo na semeadura, que tem seu período ideal concentrado no mês de outubro, e dos manejos em lavoura, além da baixa radiação solar na fase reprodutiva. Assim, a produtividade final da safra deve ser 10% inferior à alcançada em média nos últimos cinco ciclos, porém destaca-se que essa safra está dentro dos limites esperados em relação a produtividade, visto que teve para a região o aumento da área plantada, que compensará a baixa na produtividade (ZERO HORA, 2013).

Na fronteira oeste, região na qual a produção é caracterizada pela antecipação do preparo do solo e da semeadura, o déficit hídrico de cerca de 50% foi importante fator desestabilizador no início da safra. No entanto, apesar do cenário a princípio adverso, 85% a 90% da área correspondente a intenção inicial, cerca de 310 mil hectares, foram preparadas para serem semeadas, com base nas previsões meteorológicas que apontavam uma primavera chuvosa na região, influência do fenômeno *El Niño* (ZERO HORA, 2013).

O resultado desta safra 2012/13 aumentou a autoestima dos orizicultores, devido ao aumento da área plantada e os dos bons preços em que a saca foi comercializada neste final de safra até os dias de hoje, os produtores conseguiram estabilizar-se das decorrências das safras anteriores, em que o preço do arroz chegou à R\$ 17,00 em 2011.

A flutuação dos preços está entre as maiores preocupações dos produtores em relação ao setor orizícola, Porém, nessa safra os preços estão 20% superiores ao mesmo período no ano passado, sendo que neste ano a saca do arroz tipo 1 está R\$ 32,69 e no ano anterior, R\$ 27,25 (IRGA, 2013). Essa nova condição do Município de maior produtor de arroz do País, reforça a solidez de maior polo industrial da América Latina motivando a propagação do setor orizícola para a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse trabalho contribuiu significativamente na evolução do processo de aprendizagem obtido ao longo do Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, e também proporcionou uma interação entre o meio rural e a minha realidade acadêmica neste período.

O entendimento do contexto histórico de um determinado local é vital para compreendermos as limitações e potencialidades de um Município ou grupo, para assim conseguirmos interpretar a realidade agrária em que o mesmo está inserido. Para a realidade de Itaqui, o estudo apresentou a discussão teórica conceitual voltada a instigar a revisão do passado para que possa ser compreendida a dinâmica presente e quiçá futura desse Município.

O fundamento teórico apresentado caracteriza os conceitos dos sistemas agrários para dar alicerce à pesquisa, fortalecendo e ampliando os vínculos existentes entre a realidade e a teoria, mostrando o empírico presente nos conceitos estudados ao longo do curso.

Assim, na compreensão das realidades agrárias complexas desse trabalho buscou-se analisar como as evoluções dos diferentes sistemas agrários ocorridos no Município de Itaqui influenciaram no surgimento e na consolidação da rizicultura na economia local. Dessa forma, sente-se a necessidade de um estudo específico da dinâmica local para entender os fatores que tornaram a rizicultura um monocultivo na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Para isso, essa pesquisa historiográfica propôs-se reconstituir a evolução dos sistemas agrários de Itaqui diferenciando-os conforme o período histórico e a sua fase capitalista. Também em apontar os fatores sociais, econômicos, políticos e ambientais que condicionaram o surgimento e a consolidação da rizicultura no Município. Nesse sentido, Itaqui se encontra na macrozona Planalto Meridional, da qual é caracterizada predominantemente pelo uso intensivo do solo no verão com o plantio de arroz nas áreas planas e baixas.

A partir dessa pesquisa, constatou-se que Itaqui possui características geoambientais propícias para o monocultivo de arroz, tais como as condições climáticas favoráveis ao plantio; a disponibilidade hídrica para a irrigação com rios, açudes e barragens; extensos territórios planos de vegetação campestre; áreas de várzea no qual o solo tende a ficar encharcado por mais tempo; índices pluviométricos adequados ao plantio; iluminação necessária para o plantio; conhecimentos tácitos encontrados nos produtores itaquenses

adquiridos ao longo da vida e a possibilidade dos produtores encontrarem acesso a financiamentos públicos, privados e recursos governamentais.

Atualmente a economia itaquense está fortemente relacionada à monocultura de arroz irrigado, sendo que cerca de 80% desta economia pertence ao arroz, e os outros 20% estão inseridos na pecuária e nos outros cultivos praticados aqui. O arroz é um importante fator no desenvolvimento do Município, apresentados nos valores da comercialização do grão, nos empregos gerados de forma direta e indireta e no crescimento de diversos setores municipais, como na educação e infraestrutura. Além disso, o retorno de ICMS à Prefeitura torna-se um dos fatores mais importantes no impulso ao desenvolvimento do Município.

Itaqui já foi cenário de muitos sistemas agrários ao longo de sua trajetória, desde os primórdios na fase pré-capitalista até o cenário atual, na era capitalista monopolista-financeira. Ao longo dos séculos foram introduzidas práticas que para o seu período histórico eram aceitas e entendidas como fator desenvolvimentista, pois supriam e atendiam aos anseios que eram necessários no contexto de cada sistema agrário.

Na atualidade, com o sistema agrário baseado no monocultivo de arroz irrigado, não sendo muito diferente dos demais, pois esse cultivo que está inserido em Itaqui desde meados de 1930, continua desenvolvendo-se na região e suprimindo as necessidades desta geração de produtores orizícolas que vivem aqui e dependem economicamente deste sistema. Esses produtores entendem cada vez mais a necessidade de manter as características ambientais da região no qual estão inseridos. E boa parte desses produtores buscam práticas mais sustentáveis e produtivas para manter a cultura em ascensão, e para conseguirem primordialmente se manterem inseridos no setor que sofre com as oscilações de preços do mercado.

Assim, para concluir, entende-se que Itaqui possui características econômicas, sociais, políticas e ambientais que consolidaram este sistema agrário orizícola na região. Devido às condições favoráveis citadas e a infraestrutura em complexos agroindustriais inseridos, estabilizados e em ascensão no Município para o desenvolvimento deste setor. Entende-se que a rizicultura esta fortemente consolidada neste atual cenário itaquense, e seria pouco provável a inserção de outros monocultivos que pudessem a vir desestabilizar o setor orizícola nesse momento e nos próximos anos.

Em suma, destacam-se a cultura itaquense e os aspectos tácitos enfatizados com a imigração, como fatores influenciadores no entendimento de que em Itaqui o setor orizícola torna-se uma das grandes alternativas de desenvolvimento no campo. Levando em consideração os diferentes entendimentos sobre o que seriam níveis de desenvolvimento, para

o setor orizícola estar em pleno desenvolvimento em meu ver, seriam necessários níveis de tecnificação capazes de gerar produtividade sem exaurir o solo e o meio ambiente, garantindo as gerações futuras de usufruírem dos mesmos recursos encontrados atualmente, que a princípio já não estão mais preservados como deveriam.

Para embasar a solidez deste monocultivo em Itaqui, pode-se destacar que o cultivo de arroz irrigado, praticado na região sul do Brasil contribui, em média, com mais da metade da produção nacional, sendo o Rio Grande do Sul o maior produtor brasileiro deste grão. Cabe aos itaquienses a honra de saber que o município está liderando o ranking da produção do Estado, esse fenômeno ocorrerá nesta safra 2012/13, enfatizando e concretizando a ideia de que em Itaqui o que se produz é o arroz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTO, J. As missões americanas na origem da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios ultramarinos. **In: A expulsão dos jesuítas dos Domínios Portugueses. 250º aniversário.** Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

COLVERO, R. B., ASSIS, A. A. O.; **Itaqui nas Fronteiras Ibero-Americanas: 1801-1889.** São Borja: Faith, 2012.

COLVERO, R.B., SERRES, H.S. **O Saladeiro São Felipe de Itaqui: 1910-1930.** Porto Alegre : Faith, 2009.

DELAZERI, J. **Quando o Homem Chegou ao Sul do Brasil, Rancho Gaúcho.** Disponível em <http://www.ranchogaicho.com/historia1.cfm> . Acesso em: 09 de mar. de 2013

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas.** Salvador: EDUFBA, 2007.

FAMURS, Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul-**Extrato do Município;** Disponível em: <http://ww2.famurs.com.br/extratomunicipio/>. Acesso em: 19 de abril de 2013.

FERNANDES V. D. **Dinâmica dos Sistemas Agrários na Fronteira Oeste: Santana do Livramento (século XV-XX).** PAMPA SEM FRONTEIRAS - <http://pampasemfronteiras.com> - Agosto/2009 . Acesso em: 19 de abr. de 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GERHARDT T. E, SILVEIRA D. T; (ORGs) **Métodos de pesquisa, Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.** Série Ensino a Distância. 1º edição, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. BASSO, D. ; NETO, B. S.(Orgs) **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: Análise e Recomendações de Políticas,** Ed. Unijuí, 2005.

GONÇALVES, J. S., **Agricultura sob a Égide do Capital Financeiro: Passo Rumo ao Aprofundamento do Desenvolvimento Dos Agronegócios; 2005,** Informações Econômicas, SP, v.35, n.4, abr. 2005. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/tec1-0405.pdf>. Acesso em: 28 fev. De 2013.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS; **Censo Agropecuário 2010, Itaqui,RS** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, Acesso em: 17 de mar. de 2013.

IRGA- INSTITUTO RIOGRANDENSE DE ARROZ, **Informações de Mercado, Safras**. Disponível em: <http://www.irga.rs.gov.br/#>; 30 de maio de 2013.

IRGA, INSTITUTO RIO GRANDENSE DE ARROZ, **Clima, Município de Itaqui-RS**, disponível em: www.irga.rs.gov.br/ Acesso em: 12 de abril de 2013.

KAGEYAMA, A . **Desenvolvimento rural: conceito e medida; Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004 texto em Pdf.

LIMA, A.J.P. de; BASSO, N.; NEUMANN, P.S.; SANTOS, A. C. Dos; MÜLLER, A. G.; **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. 2 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

LIMA, S. S., **O Cultivo de Noz Pecã no Município de Itaqui-RS: O Estudo de Caso do Sítio Parintins**; Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural-Plageder, UFRGS, 2011.

LOPES, C. H., **Surgimento E Consolidação Do Sistema Capitalista**, Trabalho Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis na FP, 2006, disponível em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfIfIAI/fases-capitalismo>. Acesso em: 19 de maio de 2013.

MARENCO C. V. F. ; MARTINS N. C. **Itaqui 120 anos**. 1ª edição 1979. Vol.1.

MIGUEL A. L.; (Org), **Dinâmica e Diferenciação dos Sistemas Agrários, UAB/UFRGS- Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Série Ensino a Distância**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

PAHIM, J. **Itaqui O Portal do Rio Grande**, impresso por Novigraf ITAQUI-RS, primeiro volume 2003.

PESAVENTO, S. J., **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

PONT, R. **Campos Realengos, formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Renascença, 1983. Volume I e II.

SAINT-HILAIRE, A. de; **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1987.

SANTOS, P. C. dos. **Agenda 150: Um passeio pelos carrilhões do tempo pretérito itaquense**. Novigraf: Itaqui, 2008.

SERRES, S. H.; **A Estância De La Cruz E Sua Formação**; Mestranda em História pelo PPGH da UFPEL Bolsista Capes; Trabalho apresentado no X Encontro Nacional de História – O Brasil no Sul: Cruzando Fronteiras entre o Nacional e o Regional, 2010. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279476107_ARQUIVO_ANPUH-

AESTANCIADELACRUZESUAFORMACAO.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2013.

SINDICATO RURAL DE ITAQUI. Disponível em
<<http://www.sindicatoruraldeitaqui.com.br>>. Acesso em: 15 março de 2013.

STAMBERG, A. P.; **Componente Curricular: Diagnóstico, Planejamento E Gestão Na Agricultura Familiar, Especialização Em Desenvolvimento Territorial Concórdia**, 2011. Disponível em:
http://www.cnpsa.embrapa.br/filo/adm/anx/anx88ESPECIALIZACAO_DESENVOLVIMENTO%20TERRITORIAL>.pdf Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

VERDUN, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY. D. M. A. (Orgs) **Rio Grande do Sul: Paisagens em transformações**, Porto alegre, Editora UFRGS, 2004.

VERDUM. R.; FONTOURA. M.F. L. ;**Temáticas Rurais, do Local ao Regional- Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Série Ensino a Distância**. 1º edição, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.